

22 MAI 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Falta de varas especiais atrasa processos de violência doméstica

Com apenas um juizado especial  
na capital, Paraná fica atrás de  
estados menores, como Alagoas  
e Paraíba, segundo o CNJ

Simoni Saris  
Reportagem Local

**D**esde 2007, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) recomenda a todos os Tribunais de Justiça do País a criação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, mas a orientação não vem sendo cumprida na maioria dos municípios brasileiros, atrasando o julgamento dos processos e dificultando a aplicação da Lei Maria da Penha. O Radar das Varas Especializadas em Violência Doméstica no Brasil, elaborado pelo CNJ em 2016, mostra que na maioria dos estados brasileiros as varas especializadas estão instaladas nas capitais. São 57 varas em capitais e 57 no interior.

No Paraná, apenas Curitiba mantém uma vara exclusiva para tratar dos crimes de violência doméstica e familiar, mesma situação do Acre, Rondônia, Roraima e Sergipe, que contam com apenas um juizado especializado em cada uma das capitais, conforme aponta o Radar. O mesmo

levantamento também coloca o Paraná atrás de estados bem menores em área territorial, como Alagoas e Paraíba. Em Londrina, apesar do número crescente de ações penais referentes a crimes cometidos contra a mulher, a Vara Maria da Penha acumula processos relativos a crianças e adolescentes e também a idosos.

Em Curitiba, o juizado especial existe desde 2007. Em Londrina, o TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) autorizou a criação de uma vara específica ao enfrentamento da violência doméstica e familiar após mobilização de grupos de mulheres, ONGs e outras entidades e do recolhimento de 15 mil assinaturas reivindicando o órgão especial. A instalação aconteceu em 5 de outubro de 2010, mas, segundo a juíza da Vara Maria da Penha em Londrina, Zilda Romero, diante da baixa demanda – na época eram apenas 350 ações penais –, o juizado acabou acumulando outras competências. O mesmo acontece nas maiores ci-

dades paranaenses, como Maringá (Noroeste), Ponta Grossa (Campos Gerais), Cascavel e Foz do Iguaçu (Oeste).

“É assim que estamos trabalhando desde 2010 até agora, acumulando violência doméstica e familiar, crimes contra a criança e o adolescente e contra idosos”, disse a juíza. “Estamos lutando junto ao presidente do TJ para que se crie uma outra vara para atender crianças, adolescentes e idosos e ficar essa vara para atender exclusivamente violência doméstica e familiar porque com a divulgação dessa lei (Maria da Penha), com as campanhas realizadas, as vítimas começaram a denunciar mais, então essa demanda que era tão pequena no início hoje está em um crescente. Já encaminhamos todos os dados estatísticos para o TJ, fizemos ofícios, estamos demonstrando o volume de processos e a necessidade (de uma vara especializada).”

**CONTINUA**

## DEMANDA

Segundo a juíza, a Vara Maria da Penha em Londrina recebe entre 30 e 50 vítimas de violência doméstica por semana. “Entre todos os processos (somando-se as ações contra crianças, adolescentes e idosos), estamos com 8.377 ações penais. Só de medidas protetivas contra mulheres, são quase 2,6 mil vítimas. É muita coisa. São números que justificam uma vara aqui em Londrina”, destacou.

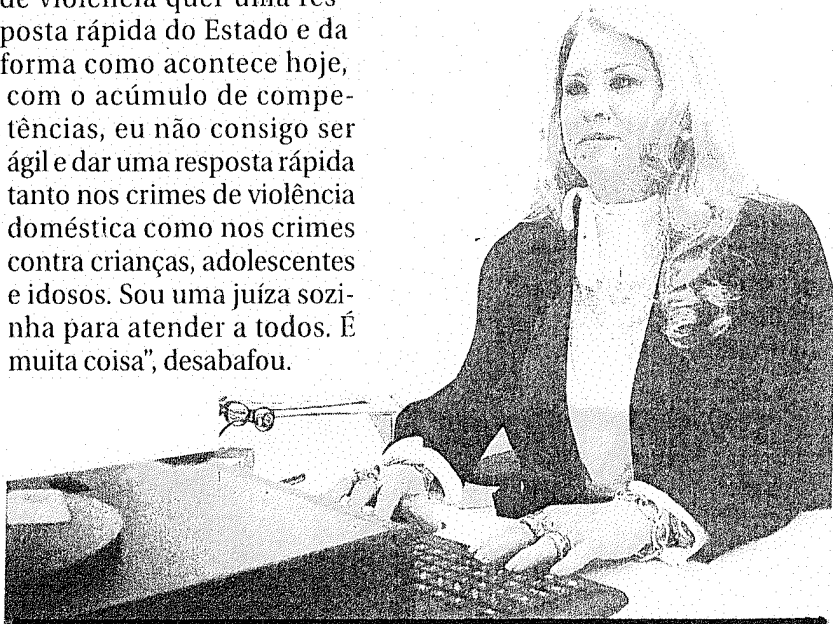
Desembargadora do TJ-PR, ouvidora geral e responsável pela Cevid (Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar), Lenice Bodstein ressaltou que a estrutura especializada no atendimento desse tipo de crime começa a crescer em Curitiba, com as instalações de mais uma vara especializada e de postos avançados para descentralizar as atividades, que devem acontecer “em breve”. Mas nas cidades do interior, adiantou a desembargadora, não há previsão para criação de varas especializadas.

“A violência doméstica e contra a mulher tem uma característica muito diferenciada e compõe uma vara cível e uma vara criminal, o que nós chamamos de competência mista ou híbrida. E isso não estava previsto no nosso sistema de trabalho, que ainda não está aparelhado por razões de ordem econômica e operacional”, justificou a desembargadora. “Não estou a defender que não vamos implantar, não é uma negativa, mas é uma negativa de prioridade neste momento. Mas vai se fazendo à medida que a questão

orçamentária for resolvida e à medida que tivermos estrutura.” A desembargadora não tem os valores atualizados, mas há quatro anos, informou ela, o custo de manutenção de cada vara especializada estava orçado em cerca de R\$ 120 mil mensais.

Mas não é só a escassez de recursos financeiros que atrasa a instalação das varas especializadas no Paraná. O TJ também carece de recursos humanos. Para funcionar, os juizados especiais em violência doméstica e familiar devem contar com outros profissionais, como assistentes sociais e psicólogos. Segundo a desembargadora, o TJ já abriu concurso público para admissão de técnicos, psicólogos e assistentes sociais. “Mas é um processo que leva meses.”

A existência de uma vara especializada, aponta a juíza de Londrina, traria maior celeridade ao andamento dos processos. “A mulher vítima de violência quer uma resposta rápida do Estado e da forma como acontece hoje, com o acúmulo de competências, eu não consigo ser ágil e dar uma resposta rápida tanto nos crimes de violência doméstica como nos crimes contra crianças, adolescentes e idosos. Sou uma juíza sozinha para atender a todos. É muita coisa”, desabafou.



Segundo a juíza Zilda Romero, a Vara Maria da Penha em Londrina recebe entre 30 e 50 vítimas de violência doméstica por semana

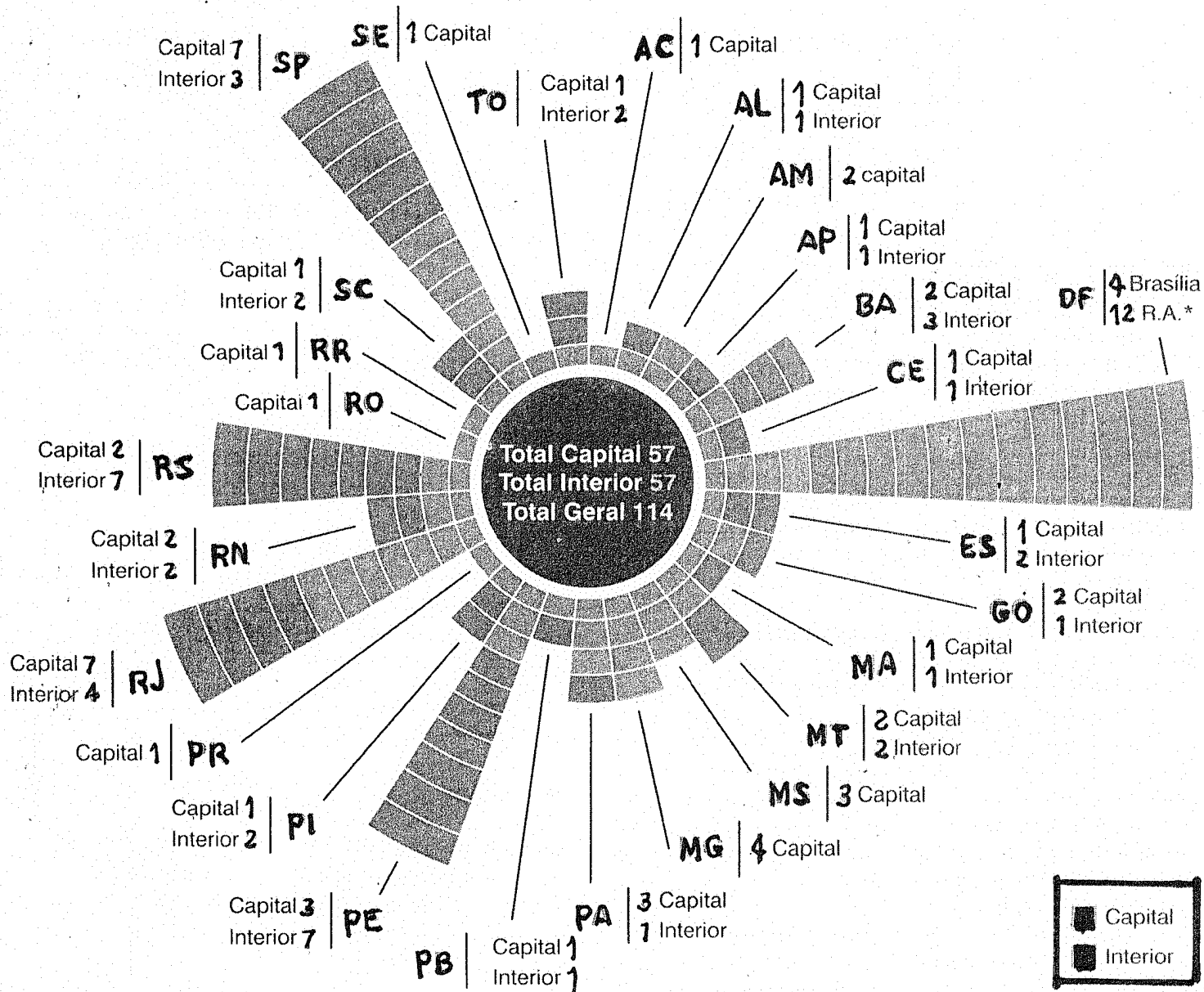
22 MAI 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

### SAIBA MAIS

Radarm das varas especializadas em violência doméstica no Brasil



\*Regiões Administrativas, amigas Cidades Satélites  
Fonte: Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ - Data: 2016

20 MAI 2017

21 MAI 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## Delator da JBS diz que entregou

### R\$ 1 milhão a irmão de Richa

Em delação à PGR, empresário Ricardo Saud afirmou que dinheiro foi repassado em espécie para Pepe Richa; PSDB explica que doações constam nas prestações de contas

Reportagem Local

**A** delação-bomba dos empresários da JBS que colocou em xeque a gestão do presidente Michel Temer chegou ao Paraná. Em depoimento à Procuradoria-Geral da República (PGR), o diretor de Relações Institucionais e Governo da JBS, Ricardo Saud, afirmou que teria repassado R\$ 1 milhão, em espécie, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, Pepe Richa, que é irmão do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB). A entrega teria ocorrido dentro do carro de Pepe, apontado no depoimento como "emissário de Beto Richa", em frente a um supermercado de Curitiba. O diretório estadual do PSDB-PR nega, em nota à imprensa, qualquer doação irregular na campanha de 2014.

Saud teria feito a delação no início de maio a procuradores da Operação Lava Jato. No vídeo, tornado público nesta sexta-feira (19) pela PGR, o diretor da JBS relata: "Um (R\$ 1) milhão. Entregue

por mim, Ricardo Saud, pro Pepe Richa, irmão do governador Beto Richa. Na porta do supermercado, no carro do Pepe Richa, em Curitiba. Aqui tenho um anexo único explicando tudo ao senhor", disse o diretor de relações institucionais da JBS na gravação.

Em outro trecho da delação, Saud relata que, além do PSDB, outros partidos teriam recebido doações: PMDB, PT, PDT, PP, PRTB, PTB, PR e PSD.

A delação da JBS já havia colocado no olho do furacão o deputado federal afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), tido como homem de confiança de Temer, ao aparecer em vídeo gravado pela Polícia Federal recebendo uma mala com R\$ 500 mil supostamente a pedido do presidente da República. Rocha Loures trabalha com Temer desde 2011, em funções ligadas a Relações Institucionais. Ele só deixou o cargo em março para assumir mandato de deputado federal, na vaga deixada pelo ministro Osmar Serraglio. Loures desembarcou ontem, em São Paulo, sem falar com a imprensa e aos gritos de "ladrão". A Câmara dos De-

putados informou que suspendeu a cota para exercício da atividade parlamentar de R\$ 38.871,86, uma vez que está fora do mandato. O peemedebista também deixará de receber os R\$ 4.253,00 de auxílio-moradia. O gabinete do deputado no anexo 4 da Câmara será fechado. Nos próximos dias vai decidir se suspenderá o salário de R\$ 33.763,00 e se haverá convocação do suplente.

#### OUTRO LADO

Em nota, o diretório estadual do PSDB-PR informou que as doações estão declaradas na prestação de contas entregue à Justiça Eleitoral. "O Comitê Financeiro da Campanha Eleitoral de 2014 do partido esclarece que recebeu duas doações do grupo JBS S/A, nos valores de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$ 1.000,00 (um mil reais), respectivamente. As referidas doações estão declaradas na prestação de contas entregue à Justiça Eleitoral e em conformidade com a legislação vigente à época das eleições de 2014", disse o diretório em nota.

20 MAI 2017  
21 MAI 2017

## FOLHA DE LONDRINA

# JBS pagou propina a 1.829 candidatos de 28 partidos

Alex Rodrigues,  
Yara Aquino e  
André Richter  
*Agência Brasil*

Brasília - Apostando em um futuro bom relacionamento com prováveis candidatos que fossem eleitos em 2014, a J&F (holding controladora do grupo JBS) destinou mais de R\$ 500 milhões para ajudar a eleger governadores, deputados estaduais, federais e senadores de todo o país, segundo os delatores. Em um dos depoimentos que prestou ao Ministério Público Federal (MPF), com quem firmou acordo de delação premiada já homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o diretor de Relações Institucionais e Governo da J&F, Ricardo Saud, entregou um levantamento detalhado em que aponta todos os candidatos financiados pela empresa.

De acordo com Saud, o total em dinheiro repassado por meio de "pagamentos dissimulados" alimentou as campanhas de 1.829 candidatos. Destes, 179 se elegeram deputados estaduais em 23 unidades da federação e 167, deputados federais por 19 partidos.

O delator não deixa claro quais pagamentos foram feitos via caixa 2 e quais foram doações oficiais. No depoimento, divulgado após a retirada do sigilo da delação, ele dá a enten-

der que os valores citados se referem apenas às campanhas de 2014. Em outro depoimento, o dono da JBS, Joesley Batista, também afirmou que a maioria das doações feitas pela empresa tratava-se de propina disfarçada por contrapartidas recebidas.

"Doamos propina a 28 partidos", contou Saud, admitindo que os mais de R\$ 500 milhões destinados a agentes públicos para as eleições de 2014 formavam um "reservatório de boa vontade". "Era para que eles não atrapalhassem a gente", afirmou.

O delator cita ainda que foram distribuídas "propina para 16 governadores eleitos e para 28 candidatos ao Senado que disputavam a eleição, a reeleição ou a eleição para governador", acrescentou. Segundo ele, os governadores eleitos beneficiados com as propinas pertenciam ao PMDB (4), PSDB (4), PT (3), PSB (3), PP (1) e PSD (1).

Ao entregar a documentação aos procuradores, Saud enfatizou a importância do "estudo" que fez por sua própria conta. "Acho que, no futuro, isso aqui vai servir. Aqui estão todas as pessoas que direta ou indiretamente receberam propina da gente." Os documentos liberados pelo STF não trazem a lista de todos os nomes que fariam parte deste levantamento aponta por Saud.

20 MAI 2017

21 MAI 2017

## FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

### Aécio ignora STF e faz contato com investigado

O senador Aécio Neves desrespeitou a ordem judicial de não manter contato com investigados, ao receber em sua casa o também investigado José Serra (PSDB-SP). O encontro se deu nesta quinta (18), horas depois da determinação de Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal. O ministro impôs a restrição em lugar de prendê-lo, como solicitou o Ministério Público Federal (MPF).

### Visita em grupo

José Serra esteve na residência de Aécio Neves em Brasília, acompanhando um grupo de senadores em visita ao tucano mineiro.

### Prisão é opção

Se o ministro Fachin considerar que sua ordem foi desrespeitada, uma das hipóteses é determinar a prisão de Aécio Neves.

## AÉCIO



20 MAI 2017  
21 MAI 2017

## FOLHA DE LONDRINA GAUDÊNCIO TORQUATO

### Lula sob a toga

O depoimento mais esperado do ano não teve um clímax. Luiz Inácio, o ex-presidente, não conseguiu a façanha expressiva que adota em palanque e o juiz Sérgio Moro não agiu como Mike Tyson dando uma dentada na orelha de Holyfield naquela famosa e sempre lembrada luta de 1996. Quem perdeu com a batalha de Itararé em Curitiba? As galeras que gostariam de se atracar, principalmente a militância petista, sempre aguerrida e ansiosa para ter, entre os seus, uma cara ensanguentada, que entraria na galeria das "vítimas da violência policial contra cidadãos ordeiros". Primeira pergunta: Luiz Inácio conseguiu ser tão convincente que deixou o juiz Sérgio Moro no canto do ringue? Não. Mas a torcida petista acha que seu ídolo fez barba, cabelo e bigodé.

Tentemos analisar o que se viu. Um juiz com a bola na mão e o apito na boca. Sereno. Não se afobou. Conduziu tecnicamente o jogo. Suas perguntas estavam calcadas principalmente nas delações de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS e amigo de Lula e Renato Duque, ex-diretor de produção da Petrobras e indicado para o cargo pelo PT. O ex-presidente, como mágico da presdigitação no campo das palavras, saiu-se bem. Porém, sem os rompanes palanqueiros tão esperados pelos editores de imagem que devem reservar algumas passagens para a propaganda eleitoral, caso Lula seja ou não candidato. Luiz Inácio insistiu: o tríplice nunca foi dele. Marisa, a falecida esposa, é quem tinha interesse naquele imóvel. Lula conhece a regra do martelo: bata, bata, bata no mesmo prego e ele acabará fixando-se na parede ou, se quiserem, na cachola das massas.

O maior líder populista do país também não foi nocauteado. Nem mesmo foi ao canto do ringue. Titubeou, no início, mas foi ganhando confiança, até usando como bengala o bigode que servia de apoio para os dedos nervosos. Sobrou, e muito, para as expressões: "Não sei, não soube, não sabia". Usou a negativa 82 vezes. Dose exagerada. Que abre um oceano de dúvidas. Mais descontra-

ído, puxou de leve o juiz Moro para a grande área do campo político: "Quando o senhor for candidato", vai saber o que é "força de expressão". Tentou, sem sucesso, puxar Moro para a intimidade das famílias, ao sugerir que o filho não diz ao pai as notas baixas que tirou na escola. A estocada veio logo: Moro garantiu que ele, sim, sabe das notas de seus filhos, inclusive as baixas. A insistência do juiz com algumas perguntas duras e diretas deixaram Lula irritado, ansioso, nervoso, inconsistente, emotivo, na análise de especialistas na análise de postura, gestos e expressões, que fizeram sua avaliação ao jornal "O Globo".

A postura de desconforto permitiu ao juiz apitar toda vez que achou necessário, principalmente quando percebeu que o protagonista saía pelas tabelas ou pelas veredas do sofisma. Moro não deixou que o ex-presidente fizesse ali um ensaio de propaganda eleitoral. Deu-se a ele o tratamen-

to litúrgico de ex-presidente, uma forma de estabelecer um limite entre formalidade e informalidade. Logo, ele não poderia usar o tratamento de "você" aos procuradores, como tentou e foi advertido. Pelas bolas divididas e pelo tempo usado pelas partes e até pela polarização entre a ala que apoia a Lava Jato e o grupo que escuda Lula, pode-se considerar o jogo empatado. Cada lado dirá que ganhou. Aplausos e apupos recíprocos. A mídia massiva dará o tônus do debate, puxando

uma brasinha para um aspecto ou para outro. Ao final do processo, viu-se um Lula ainda muito vivo, porém, alquebrado.

**GAUDÊNCIO TORQUATO**

é jornalista, professor titular da USP e consultor político e de comunicação em São Paulo

66

*Lula conhece a regra do martelo: bata no mesmo prego e ele acabará fixando-se na parede ou na cachola das massas*

20 MAI 2017  
21 MAI 2017

# FOLHA DE LONDRINA

## 3º DP de Londrina encerra atendimento ao público

Superlotação no distrito que abriga a carceragem feminina estaria prejudicando as atividades corriqueiras

Rafael Machado  
Grupo Folha

Situado na rua Serra do Roncador, no Jardim Bandeirantes, zona oeste de Londrina, o 3º DP (Distrito Policial) deixou de atender a população nesta semana. A decisão foi tomada pelo delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial de Londrina, Osmir Ferreira Neves, depois que o registro de boletins de ocorrência, assim como outras atividades corriqueiras de uma delegacia, poderiam sofrer interferência por conta da superlotação feminina na carceragem. A garantia é de que os crimes da região serão investigados. “A comunidade não terá nenhum prejuízo”, assegurou Neves.

De acordo com o delegado, melhorias já estão sendo providenciadas para as detentas. Neves adiantou que da equipe de investigadores e escrivães, “apenas o essencial será mantido”.

próximo passo é discutir com o juiz da Vara de Execuções Penais (VEP) de Londrina, Katsujo Nakadomari, o que fazer com a estrutura do 3º DP. “Estamos em uma fase de readequação administrativa”, pontuou. Um dos projetos é usar o espaço para instalação de uma APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados).

A sugestão já havia sido feita pelo Sidepol (Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Paraná) em um levantamento que diagnosticou a realidade enfrentada pelo setor em Londrina. O documento foi enviado ao presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal, vereador Jairo Tamura (PR). Uma proposta de autoria de Gérson Araújo (PSDB) quer utilidade pública para a APAC. O texto já recebeu parecer favorável da Comissão de Justiça.

Em agosto do ano passado, presas se rebelaram no 3º DP, mas os ânimos foram controlados a tempo pelo SOE (Serviço de Operações Especiais), Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, que apagou o fogo ateado em um colchão. Ninguém saiu ferido.



20 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

GOVERNO ENCURRALADO

# Procurador vê indícios de três crimes em atuação de Temer

Obstrução da Justiça, corrupção e organização criminosa

**Para a PGR, diálogo indica que presidente deu aval a pagamentos para silenciar Eduardo Cunha e Lúcio Funaro**

CAMILA MATTOSO  
MARINA DIAS  
RUBENS VALENTE  
DE BRASÍLIA

No pedido de abertura de investigação feito ao STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o presidente Michel Temer, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, vê indícios dos crimes de obstrução de Justiça, corrupção passiva e organização criminosa com base na delação dos irmãos Batista, do grupo JBS.

Os empresários entregaram aos procuradores uma gravação em que Temer conversa com Joesley Batista. Para a PGR, o diálogo indica que o executivo relatou, e o presidente deu aval, a pagamentos para o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e o doleiro Lúcio Funaro. Os dois já estavam presos pela Lava Jato.

O procurador-geral afirma que todo o material colhido na delação do frigorífico JBS mostra que a propina servia para mantê-los em silêncio.

“Depreende-se do material colhido que o pagamento de propinas ao ex-deputado federal Eduardo Cunha e ao doleiro Lúcio Funaro, mesmo depois dos mesmos estarem presos, tem, se não como motivação única, mas certamente

são citados por Janot

principal, garantir o silêncio deles ou, ao menos, a combinação de versões”, escreveu Janot. Ele cita nominalmente Temer como interessado na ação. “Depreende-se dos elementos colhidos o interesse de Temer em manter Cunha controlado.”

Ao justificar a necessidade de inquérito, Janot também diz que “um dos delitos em tese cometidos é o de corrupção passiva, o qual, como é sabido, pressupõe justamente o exercício de cargo, emprego ou função pública por parte do agente”.

No documento, o procurador afirma que Temer e o senador Aécio Neves (PSDB-MG) agiram “em articulação” para impedir avanços da Lava Jato. O tucano e o deputado Rodrigo Loures (PMDB-PR), ambos afastados de seus cargos por Edson Fachin, são alvos da mesma investigação que Temer.

A PGR cita medidas legislativas e o controle de indicação de delegados da polícia que conduzem inquéritos como meio usados para controlar a operação.

No mesmo documento, há trecho da gravação de uma conversa entre Joesley e Aécio em que o tucano afirma que teria tentado organizar um esquema com Temer e Alexandre de Moraes, ministro do STF e ex-ministro da Justiça, para influenciar a indicação de delegados nas investigações da Lava Jato.

“O que vai acontecer agora [após delação da Odebrecht], vai vir inquérito sobre uma porrada de gente, caralho, eles aqui são tão bunda mole, que eles não notaram o cara que vai distribuir os inquéritos para os delegados. Você tem lá, sei lá, dois mil delegados na Polícia Federal, aí tem que escolher dez caras. O do Moreira, o que interessa a ele, sei lá, vai pro João, o do Aécio vai pro Zé. O outro filho da puta vai pro, foda-se, vai pro Marculino, nem isso conseguiram terminar, eu, o Alexandre e o Michel”, disse Aécio a Joesley.

Não há referência à data em que o plano foi montado, porém, o contexto dá a entender que teria sido elaborado enquanto Moraes era ministro da Justiça, entre maio de 2016 e fevereiro de 2017.

Por meio de nota, ele disse que “não existe qualquer ato do senador Aécio Neves, como parlamentar ou presidente do PSDB, que possa ter colocado qualquer empecilho aos avanços da Lava Jato. Ao contrário, como presidente do partido, o senador foi um dos primeiros a hipotecar apoio à operação”.

**CONTINUA**

20 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Na delação, Joesley afirmou ter pago R\$ 300 mil “em espécie” para o marqueteiro de Temer, Elsinho Mouco, a pedido do peemedebista. Ele teria realizado um trabalho de “defesa digital” porque Temer estaria incomodado com críticas na internet durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Mouco confirmou, em nota divulgada nesta sexta-feira (19), ter conversado com o empresário Joesley Batista, do grupo JBS, mas não deixa claro se e quando recebeu o dinheiro de Joesley.

#### **'PASSARINHOS'**

O diretor da JBS Ricardo Saud disse ao Ministério Público Federal (MPF) ter viabilizado pagamentos num total de R\$ 15 milhões a pedido de Temer em 2014, que seriam destinados ao PMDB. Segundo ele, Temer “embolsou R\$ 1 milhão deste valor. “Isso me chamou muito atenção na campanha [de 2014] toda porque eu já vi o cara ganhar dinheiro e gastar na campanha. Agora, o cara pegar um dinheiro do PT e guardar no bolso dele é muito difícil. Só ele [Temer] e o [Gilberto] Kasab fizeram isso”.

Saud também disse que Joesley e Temer tinham uma senha para se referir ao pagamento de mesadas na cadeia a Cunha e Funaro. “O código era ‘tá dando alpinismo pros passarinhos? Os passarinhos são tranquilos na gaiola?’”.

A assessoria de Temer nega que ele tenha cometido crimes.

20 MAI 2017

FOLHA DE S. PAULO

# Advogados veem indícios de que Temer cometeu 5 crimes

Professores dizem que gravações contêm indicações de mais crimes do que aqueles listados por Rodrigo Janot no pedido de inquérito

MARIO CESAR CARVALHO  
DE SÃO PAULO

Gravações, vídeos e depoimentos de Joesley Batista e outros executivos da JBS têm indícios de que o presidente Michel Temer cometeu ao menos cinco crimes, segundo quatro especialistas ouvidos pela **Folha** —um quinto especialista não vê crimes. Os crimes vislumbrados são os seguintes: obstrução de Justiça, corrupção passiva, organização criminosa e prevaricação.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, foi mais sucinto e apresentou indícios de três crimes no pedido de abertura de inquérito enviado ao Supremo: obstrução de Justiça, corrupção passiva e organização criminosa.

“Se há algum crime bem configurado neste caso é o de prevaricação. Todos os outros precisam de mais provas”, diz Conrado Hübner Mendes, professor da USP.

A prevaricação ocorre quando um funcionário público, como é o caso do presidente da República, toma conhecimento de um crime ou indício e não faz nada.

Para Mendes e outros três advogados ouvidos pela **Folha**, Temer teria que ter avisado a polícia de que Joesley tinha corrompido um procurador e dois juízes —depois o empresário disse que blefava sobre os juízes.

A justificativa de Temer, de que não levou a sério a narrativa de Joesley, é pouco crível, segundo o professor. “É uma tese completamente implausível porque o Joesley estava sendo investigado por

**“ Há gente acusada de obstrução de Justiça que não fez a metade do que o Temer fez**

GILSON DIPP  
ex-ministro do STJ

**Se há algum crime bem configurado neste caso é o de prevaricação**

CONRADO HÜBNER MENDES  
Professor da USP

uma série de crimes e isso era público. O próprio encontro com Joesley é problemático”.

O ex-ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Gilson Dipp também vê indícios suficientes para a abertura do inquérito. “Há gente acusada de obstrução de Justiça que não fez a metade do que o Temer fez”, afirma, sem citar explicitamente o ex-presidente Lula.

O principal indício de corrupção passiva, segundo Dipp, aparece no vídeo em que o deputado federal Rocha Loures (PMDB-PR) pega um mala com R\$ 500 mil, pagos pela JBS para obter um preço menor de gás na Petrobras. Loures foi indicado pelo presidente para ser interlocutor de Joesley, de acordo com o empresário.

## PROVA MAIS DIFÍCIL

Dipp, autor de um livro sobre organização criminosa, diz que a prova desse crime é a mais difícil de ser obtida. “Não é fácil provar organização criminosa porque é pre-

ciso mostrar que o presidente fazia parte de um grupo estável que tinha composição hierárquica, com divisão de tarefas, e especificar quais crimes ele teria cometido”.

Thiago Bottino, professor da Fundação Getúlio Vargas no Rio, diz que faltam provas de obstrução de Justiça porque não fica claro no diálogo se Temer concorda quando

Joesley fala em manter a amizade com Cunha ou se o OK é para o pagamento de mesa-da ao ex-deputado e ao operador Lúcio Funaro.

Faltam também, segundo ele, mais elementos para caracterizar corrupção passiva e organização criminosa, “o crime mais difícil de ser provado”. Ele pondera, porém, que “há indícios de sobra para investigar Temer”, o que é suficiente na fase de inquérito.

Gustavo Badaró, professor da USP e considerado um dos mais importantes teóricos do direito penal, diz que não vislumbra nenhum desses crimes no presidente. “O que o Temer fez é ignóbil, vil, imoral e desrespeitoso, mas não vejo crime comum. O que ele pode ter cometido é crime de responsabilidade”, afirma Badaró, referindo-se à infração política e administrativa que presidentes podem cometer —foi a razão do impeachment de Dilma Rousseff.

Já há nove pedidos de impeachment a Temer que apontam crimes de responsabilidade no caso da JBS, como falta de decoro e omissão.

Se há indícios de sobra, como diz Bottino, há um problema de mesma proporção: os prazos do Supremo.

**CONTINUA**

20 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Pesquisa da FGV do Rio no projeto “Supremo em Números” aponta que a corte demora cinco anos e meio para julgar uma ação penal. Se essa duração prevalecer para Temer, a ação dele só seria julgada em 2022.

“Não tem como o Supremo acabar uma ação com essa complexidade antes de 2022”, diz diz o ex-ministro Dipp.

É por isso que Dipp defende a renúncia como a única saída plausível. “Não há solução a curto prazo nem no Supremo nem no Tribunal Superior Eleitoral. Sem renúncia, o país cairá no caos”.

20 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Joesley diz que blefou ao falar de compra de juízes

Sócio da JBS fez relato sobre dar 'conta' de magistrados em conversa com Temer, que respondeu com 'ótimo'

**Empresário detalha, porém, tentativa de aproximação; vara acusa declarações 'infundadas'**

RAQUEL LANDIM  
RENATA AGOSTINI  
DE SÃO PAULO

O empresário Joesley Batista, da JBS, disse aos procuradores federais que estava "blefando" quando sugeriu ao presidente Michel Temer que havia comprado dois juízes federais.

A informação aparece na gravação feita pelo empresário no Palácio do Jaburu em março deste ano e faz parte das provas apresentadas à Justiça para firmar sua delação premiada.

Na conversa, Joesley diz ao presidente: "Aqui eu dei conta de um lado, o juiz, dar uma segurada, do outro lado, o juiz substituto, que é um cara que fica.... [inaudível] Tô segurando os dois". Temer responde: "Ótimo, ótimo".

Ele contou aos investigadores sobre o "blefe" na mesma época em que ocorreu, pois, quando o presidente Temer foi gravado, a empre-

sa já colaborava com a Polícia Federal.

Joesley afirmou, contudo, que havia de fato uma tentativa de aproximação com um magistrado que atua em operações como Greenfield e Cui Bono por meio do advogado Willer Tomaz.

Segundo o dono da JBS, Tomaz foi contratado porque dizia ter acesso e influência sobre Ricardo Augusto Soares Leite, juiz substituto da 10ª Vara Federal do Distrito Federal. O titular é Vallisney de Souza Oliveira.

A seção é responsável por operações como a Sépsis, primeira a mirar a J&F (holding da qual faz parte a JBS) em julho do ano passado, a Greenfield, que investiga fraudes em fundos de pensão, a Cui Bono, que apura irregularidades no FI-FGTS, fundo de investimento em infraestrutura do FGTS.

Joesley afirmou que, apesar da contratação de Tomaz ter tido essa finalidade, não existe comprovação da relação entre o advogado e o magistrado.

A empresa também não conseguiu decisões favoráveis na Justiça e os investigadores não encontraram provas que comprometessem o

juiz Ricardo Leite. Willer Tomaz foi preso pela Polícia Federal nesta quinta (18).

A situação do juiz, portanto, é diferente do procurador Ângelo Goulart Vilella, que integrava a força-tarefa da Operação Greenfield. Nesse caso, os delatores dizem ter provas de que pagaram Vilella para saber do andamento das investigações.

Por meio de nota, a 10ª Vara Federal do DF afirmou que as declarações de Joesley Batista na gravação com Temer mostram-se infundadas pelos fatos, já que, em razão de sua especialização, lá tramitam mais de 20 "grandes operações criminais" e houve diversas medidas decretadas em desfavor da JBS.

Foi a Justiça Federal do DF que, em março deste ano, decretou o afastamento de Joesley da presidência do conselho da J&F, que controla a JBS, e da Eldorado Celulose, uma das empresas do conglomerado.

Procurado, o escritório de Willer Tomaz afirmou que não irá comentar as informações. Em nota divulgada no site, a banca afirma que os fatos serão "devidamente esclarecidos no curso das investigações".

20 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Procurador recebia mesada, afirma delator

WÁLTER NUNES  
DE SÃO PAULO

O empresário Joesley Batista, dono do grupo J&F, disse, em seu acordo de delação premiada, que um advogado contratado por ele contou ter pago uma "ajuda de custo" de R\$ 50 mil mensais ao procurador Ângelo Goulart Vilella, que fazia parte da força tarefa da Operação Greenfield, que investiga um esquema de uso irregular de dinheiro de fundos de pensão. Vilella foi preso na quinta (18) por suspeita de vazar informações sigilosas a investigados.

Segundo Joesley, ele conheceu o procurador por meio do advogado Willer Tomaz, contratado para defender a Eldorado, empresa da J&F que é alvo na Greenfield.

O advogado disse ser amigo de Vilella, que trabalhava no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mas estava prestes ir para a força tarefa da Greenfield, o que de fato aconteceu.

Joesley disse que assim que o procurador se integrou à equipe da Greenfield ele começou receber informações sigilosas da investigação por meio de Tomaz.

Vilella, segundo Joesley, gravou o depoimento de um ex-sócio de Joesley no processo e mandou para o advogado, que repassou para o dono da J&F.

Joesley contratou o escritório de Tomaz por R\$ 8 milhões. O advogado, segundo o delator, disse que dava uma "ajuda de custo" de R\$ 50 mil para Vilella em troca de informações. Joesley disse não saber

se o dinheiro foi repassado.

O diretor jurídico da J&F, Francisco de Assis e Silva, também delator, confirma a história. Diz que perguntou sobre esses repasses. "Eu faço uma pergunta para ele [Tomaz] assim: vem cá, esse negócio do Ângelo, está claro para ele que ele tem uma remuneração por isso? E ele responde: está claro sim", diz Silva.

O escritório de Willer Tomaz, preso na quinta, publicou em seu site comunicado que diz que "a advocacia é uma profissão que visa a proteger o estado de direito e por estar relacionado com combate para assegurar garantias individuais dos cidadãos está sujeita a acusações injustas".

A defesa de Ângelo Goulart Vilella não foi encontrada para comentar o assunto.



O procurador Ângelo Goulart Vilella, preso por suspeita de vazar informações sigilosas

### Por aparelhos

As próximas 72 horas serão decisivas para o futuro do presidente Michel Temer. É o tempo que líderes de partidos que são os pilares de sua base no Congresso terão para decantar as acusações feitas por Joesley Batista, dono da JBS, ao peemedebista. PSDB e DEM decidiram que, se desembarcarem, o farão juntos. O gesto, por si só, aniquilaria o apoio a Temer no Parlamento. Segundo dirigentes do PSB, a semana já não deve começar com boas notícias: a sigla vai deixar o governo.

### “tiroteio”

*Temer vai sair mais cedo ou mais tarde. A vaca foi para o brejo e levou a corda. A solução é eleição direta e nova Constituinte.*



DO SENADOR ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR), que defende a renúncia do presidente ao mandato para que o país saia da crise e seja “passado a limpo”.

## PAINEL

**Veredito** Está nas mãos da presidente do Supremo, Cármen Lúcia, pautar discussão sobre um questionamento da Procuradoria-Geral da República a respeito da divergência entre o que diz a Constituição e o que diz um recente projeto de lei sobre vacância de cargo após o segundo ano de mandato.

**Veredito 2** O relator da ação é o ministro Luís Roberto Barroso e ele liberou o caso para votação em outubro do ano passado. Em tese, o Supremo pode definir de uma vez se, em caso de cassação pelo TSE, eleição direta seria a opção legal. Há divergência na corte, porém, sobre esse entendimento.

**Sinais** Magistrados observaram que, no editorial em que pregou a renúncia de Temer, “O Globo” pediu a observância da Constituição, o que foi visto como gesto na direção de eleições indiretas, conduzidas pelo Congresso. A aposta hoje é que caberá ao Supremo estabelecer as regras para o processo.



20 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

ANDRÉ SINGER  
Mistérios

Como é flagrante, não tenho qualquer simpatia pelo governo golpista e ultraliberal de Michel Temer. No entanto, há uma série de enigmas sobre o que ocorre desde a quarta-feira passada, quando o país entrou em Estado de atenção. Vejamos.

No começo da noite do referido 17/5, colunista estrelado do maior grupo de comunicação do país divulgou pela internet que o dono do maior frigorífico do planeta tinha gravado o chefe de Estado do Brasil negociando a compra de silêncio do ex-presidente da Câmara dos Deputados, peça chave no golpe parlamentar que derrubou Dilma Rousseff. Tida como certa, a notícia, que logo inundou os telejornais, causou um terremoto, com debandada nas bases governistas.

Tal como no fatídico 16 de março de 2016, em que a divulgação de conversa privada entre Dilma e Lula reuniu um grupo à frente do palácio para protestar contra o ex-presidente ter sido nomeado para a chefia da Casa Civil, dessa vez protestos anti-Temer na praça dos Três Poderes ganharam projeção nas telinhas país afora. A quem interessava criar o clima de que havia uma demanda popular pela queda do governo?

Nas horas seguintes, enquanto o atual ocupante da cadeira presidencial decidia o que fazer, a pressão pela renúncia alcançava alta temperatura. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo nome circulava como possível sucessor por via indireta, postou na quinta-feira (18) texto no Facebook, repercutido pela mídia por volta da hora do almoço, falando em necessidade de "gestos de renúncia".

Por fim, no meio da tarde, pouco depois das 16h, Temer fez pronunciamento particularmente firme para seus padrões melífluos, em que repetiu duas vezes a decisão de não renunciar. Além de afirmar que permaneceria no posto, o comandante do PMDB exigia que as gravações fossem divulgadas. Três horas depois, quando, por fim, o áudio tornou-se público, pode-se verificar que a principal acusação propalada não se confirmava. A quem interessava, então, forçar a renúncia?

O diálogo entre Temer e Batista contém elementos graves, que podem até mesmo justificar a queda do mandatário. Há indícios de prevaricação e de recebimento de propina. Tudo, no entanto, precisa ser verificado com cuidado e atenção aos detalhes específicos e probatórios, tal como, tenho insistido aqui, deve ser feito em relação ao ex-presidente Lula.

Temer está sentindo na pele a mesma metodologia usada contra Dilma e o PT, mas não será por meio dela que voltaremos à normalidade democrática. Forças que se movem sem mostrar a cara, e cujos interesses não se explicitam, nunca produzem bons resultados. Os democratas precisam fincar pé na defesa do Estado de Direito, da Constituição e da lei.

ANDRÉ SINGER escreve aos sábados nesta coluna.



20 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# Congresso deve aprovar emenda que permite eleição direta para presidente neste ano?

SIM

## Mudanças devem ser constitucionais

DIOGO RAIS

Em uma democracia, a eleição deve ser direta, secreta, universal e periódica. Essas são das poucas regras em nossa Constituição que não poderiam ser alteradas, nem mesmo por emenda constitucional.

A própria Constituição, no entanto, abre brechas na norma das eleições diretas. Diante da crise política instaurada nesta semana, o tema ganhou proeminência nacional.

No caso de os cargos de presidente da República e de seu vice serem declarados vagos —por renúncia ou impeachment, por exemplo—, um novo pleito será realizado.

A definição sobre a forma da eleição, direta ou indireta, dependerá do tempo que resta até o fim do mandato. Caso falte mais de dois anos para o término, será direta, cabendo à população a escolha do eleito; caso falte menos de dois anos, será indireta, com os votos apenas de deputados e senadores.

Mas deveríamos, em tempos de internet, redes sociais, urna eletrônica e apuração quase instantânea— suportar os riscos de uma eleição indireta sem qualquer regramento previsto, mesmo que tenha ocorrido a vacância e ainda haja quase dois anos de mandato?

Nossa Constituição foi elaborada

há quase 30 anos; deve ceder espaço para atualizações em alguns pontos.

Cumprir a Carta Magna é estar disposto a reforçar seus princípios fundamentais, dando cada vez mais força para a democracia e o seu verdadeiro titular: a população.

Seguindo o procedimento previsto, uma emenda constitucional com o objetivo de ampliar o direito de voto parece ser uma forma exemplar de cumprir nossa lei maior.

Afinal, neste caso, mudar a Constituição é também, em certa medida, cumpri-la. Mas poderia haver a mudança mesmo com um mandato em curso?

Não creio que isso impeça a aplicação imediata. Uma nova regra sobre vacância incidiria sobre o cargo vago e não sobre o preenchido. A regra não se refere ao mandato, mas sim ao vazio deixado —e, se esse vazio ainda não existe, ele pode ser alterado.

Outra discussão comum a respeito do tema é se o artigo 16 da Constituição também se aplica aos casos de vacância. Este dispositivo exige que a alteração do processo eleitoral seja feita pelo menos um ano antes da eleição.

No entendimento do STF, porém,

o artigo 16 não diz respeito à vacância, uma vez que não se trata de processo eleitoral (vide ADI nº 4.298).

Embora a Constituição fale em eleição indireta há quase 30 anos, é importante destacar que nosso Congresso ainda não elaborou suas regras. Seria, portanto, obrigado a definir, num momento de alta instabilidade política, uma série de normas para seu funcionamento. Tudo isso, é claro, poderia depois ser questionado, ponto a ponto, no STF. Será que valeria a pena mergulharmos em toda essa incerteza?

Caso o presidente Michel Temer deixe o cargo, uma nova eleição deveria ocorrer. Creio que a alteração da Constituição permitiria que fosse direta. E creio também que afastar a população das urnas neste momento tenderá a afastá-la ainda mais da política. Reverter uma crise não exige justamente o contrário?

Há muitas diferenças entre o querer e o poder, mas talvez inovar na Constituição, permitindo uma eleição direta neste caso, seja melhor do que inovar em toda a normatização, criando diversas regras para eleições indiretas.

DIOGO RAIS, pesquisador do grupo de pesquisa em inovação da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, é professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie

CONTINUA

20 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NÃO

## O risco das soluções imediatas

WALBER DE MOURA AGRA

Em momentos de quebra de parâmetros da normalidade, em que a crise econômica se soma às intempéries institucionais e morais, a saída mais pragmática seria a convocação de eleições gerais, para o Executivo e para o Congresso Nacional.

Todavia, as soluções mais imediatas e alvissareiras que não estão calcadas na pedra angular do ordenamento, a Constituição, na maioria das vezes redundam em mais instabilidades, quando não em regimes de exceção.

Este é o contexto histórico brasileiro nos dias atuais, em que muitos propugnam uma eleição direta para o Executivo Federal, arrimando-se nas modificações provadas pela lei nº 13.165/2015, denominada de Minirreforma Eleitoral.

Valem-se principalmente do artigo 224 do Código Eleitoral, em que a regra é a convocação de eleições diretas quando houver a dupla vacância, do presidente e do vice-presidente, diante de uma decisão da Justiça Eleitoral.

Ocorre que se acontecer uma renúncia de Michel Temer, teoricamente já estaríamos fora da incidência do caráter normativo citado, pois não se trataria de decisão judicial.

Mas a proposição aqui defendida é a de que, mesmo no caso de

decisão da Justiça Eleitoral, incidiria a aplicação do artigo 81 da Constituição, não cabendo discussão, já que é imunizada por sua força normativa.

O mencionado dispositivo constitucional não se refere a qualquer tipo de pressuposto fático, ou seja, sua hipótese é genérica e abstrata, abrangendo todos os casos referentes a essa dupla vacância, quer decorrente de decisão judicial, quer em razão de renúncia.

O fator teleológico da norma do Código Eleitoral não foi o de regulamentar o caso de dupla vacância do Poder Executivo Federal. Seu campo restringe-se às eleições majoritárias nos Estados e nos municípios. E não poderia ser diferente, pois uma norma infraconstitucional não pode revogar um mandamento da Lei Excelsa.

Nem mesmo poderíamos pensar em malabarismos hermenêuticos, como se houvesse espaço para exercício de competência suplementar.

Não há lacunas. Uma declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto do artigo 81 seria a subversão do primado da supralegalidade, permitindo que a Constituição perdesse o seu papel de pacto vivencial da sociedade.

Assim, ocorrendo a dupla vacân-

cia, seja por renúncia ou perda de mandato de Temer, obrigatoriamente haverá uma eleição indireta, dentro de 30 dias da abertura da vaga, pelo Congresso Nacional.

Em sessão unicameral, será eleito o candidato que contar com a adesão da maioria absoluta dos parlamentares. Uma resolução do Congresso poderia determinar quem estaria em condições de disputar o cargo.

Tentar qualquer tipo de fraude à Constituição, com base em jurisprudências casuísticas, ou voluntarismos jurídicos, bem ao gosto de parte dos operadores do direito, revela-se como um menoscabo ao mínimo denominador comum.

Significaria um retrocesso em direção ao homem sendo o lobo do homem, no sentido hobbesiano.

Os cidadãos, indubitavelmente, são favoráveis a eleições diretas em todos os níveis. No entanto, os subjetivismos jurídicos e o ativismo exacerbado das decisões judiciais provocam um nihilismo normativo paradoxal, parecido com o mito grego de Sísifo, fazendo com que, quanto mais se busca justiça tópica, mais injustiça genérica é praticada.

WALBER DE MOURA AGRA, doutor em direito pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Facoltà degli Studio di Firenze (Itália), é procurador do Estado de Pernambuco

20 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

# A derrocada de Aécio

**Delação da JBS compromete a imagem do tucano, um dos principais aliados de Temer; quadro nacional de lideranças fica mais nebuloso**

Se o futuro de Michel Temer (PMDB) na Presidência tornou-se motivo de incerteza, a delação premiada de Joesley Batista, dono da JBS, produziu impacto mais imediato e devastador sobre Aécio Neves (PSDB-MG), afastado do cargo de senador por determinação do Supremo Tribunal Federal.

Até a noite de quinta-feira (18), quando a gravação da conversa entre Batista e Temer magnetizava as atenções nacionais, as notícias sobre o tucano davam conta de um pedido que fizera ao empresário: queria R\$ 2 milhões.

Seriam quatro parcelas de R\$ 500 mil, a serem entregues a um primo, Frederico Pacheco de Medeiros —já preso, assim como Andrea Neves, irmã de Aécio.

Imagens atestando as idas e vindas de Medeiros, depois de encontros com um representante da JBS, deram consistência à delação.

Quanto à defesa de Aécio, argumentou-se inicialmente que tratava-se de uma transação privada, não havendo como caracterizar corrupção propriamente dita —não estavam explícitos os favores que o pagador receberia.

A versão parecia frágil, mas ao menos apontava para uma linha de argumentação jurídica.

No dia seguinte, entretanto, no-

vos detalhes revelados sobre os depoimentos tornaram ainda mais difícil a tarefa da defesa.

Aécio teria recebido R\$ 60 milhões, em 2014, em troca de favores à JBS, como a liberação de créditos retidos no fisco.

Mais R\$ 40 milhões lhe teriam sido prometidos caso propiciasse a nomeação de Aldemir Bendine, ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras na administração petista, para a presidência da Vale —uma empresa privada.

As acusações ganham um suplemento constrangedor com a divulgação de trechos de conversas entre Aécio e Batista, tendo como assunto o futuro da Lava Jato.

Em meio à coleção de impropérios proferidos pelo senador, deduz-se seu empenho na aprovação da lei que define o abuso da autoridade (iniciativa, em si, meritória) e da anistia ao caixa dois.

Conspurca-se, desse modo, a imagem de um político que, há menos de três anos, obtinha 51 milhões de votos no segundo turno das eleições presidenciais, e mantinha incólume, na condição de aliado central de Temer, um discurso a favor da moralidade pública.

A derrocada política de Aécio esvazia ainda mais o quadro de lideranças nacionais. No tucanato que espera disputar o eleitorado antipetista, restam o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, também às voltas com a Lava Jato, e o prefeito da capital, João Doria, aposta precipitada explicável pela escassez de opções.

20 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

### ZÍPER RASGADO

Eduardo Cunha disse a advogados que estiveram com ele em Curitiba na semana passada que não teria “estômago” para fazer delação premiada. Outros integrantes da defesa do deputado, no entanto, acreditam que ele não tem mais alternativa para sair da prisão, depois da delação da JBS, a não ser colaborar com a Justiça.

#### ZÍPER 2

As apostas entre os próprios defensores de Cunha divergem. Alguns advogados acreditam que ele insistirá na mesma toada. Outros, que ele tentará fazer delação.

#### SACO VAZIO

Há também interlocutores de Cunha que acreditam que, diante de tantas delações que comprometem o próprio presidente Michel Temer, o ex-parlamentar não teria mais uma bala de prata para disparar e conseguir benefícios da Justiça. Ele hoje é alvo de quatro processos e 20 inquéritos.

### 96 contraponto

#### O mundo encantando da JBS

Em entrevista em 2014, Ticianá Villas Boas, mulher de Joesley Batista, dono da JBS, falava de seu casamento “com um empresário rico”.

Perguntada sobre o que era a melhor coisa de ter dinheiro, a então âncora do Jornal da Band, respondeu:

— É não ter que fazer conta, poder sair para jantar na hora que quiser, no restaurante que quiser, poder reformar sempre a casa, ter funcionários...

E continuou:

— Tenho medo de sair da realidade. Por exemplo, quando chego em casa, o meu carro já está abastecido. Um dia percebi que não sabia o preço do litro da gasolina!

21 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## Ala do Senado quer enfrentar Fachin para não afastar Aécio

Estratégia em discussão por parlamentares prevê que tucano recorra à Mesa

**Ex-presidente do PSDB teve mandato suspenso por ordem do ministro; rivais criticam manobra e dizem não ver chances**

MÔNICA BERGAMO  
COLUNISTA DA FOLHA

O Senado pode desobedecer a decisão do ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), que determinou em liminar que o mandato do senador Aécio Neves (PSDB-MG) seja suspenso.

A estratégia, já discutida por alguns senadores, prevê que a defesa de Aécio recorra à Mesa do Senado questionando a validade da medida. A Mesa responderia, então, que não há previsão constitucional para a suspensão, ainda mais por meio de liminar, e manteria Aécio.

Parlamentares pretendem se reunir com o tucano na próxima semana para estimulá-lo a tomar a iniciativa. Acreditam que seria melhor que ela partisse dele, em tese o maior interessado numa reversão da decisão de Fachin, do que a própria Mesa.

Um dos senadores mais influentes da Casa disse à **Folha** que em “nenhum lugar do mundo” um parlamentar seria afastado nessas condições, “muito menos por meio de liminar”.

“Diante dessa possibilidade, determinei a apresentação de um pedido para que a decisão seja confirmada pelo STF

RANDOLFE RODRIGUES (REDE-AP)

Não vejo nenhuma possibilidade de a Mesa fazer isso

ROBERTO REQUILÃO (PMDB-PR)

A ideia, no entanto, não alcançará consenso. Um parlamentar de oposição, que preferiu falar sem se identificar por não querer “chutar cachorro morto”, como se refere a Aécio, diz que o Senado passaria vergonha se tentasse reverter a decisão do Supremo, tal a gravidade das acusações contra o tucano.

Não haveria, portanto, clima para que a articulação prosperasse. O mesmo senador crê que o próprio Aécio vai pensar duas vezes antes de aderir à ideia, que pode soar como provocação à Justiça, agravando sua situação, já de bastante debilidade.

Por essa visão, o melhor que Aécio teria a fazer é ficar quieto e sumir do noticiário.

Em dezembro de 2016, o Senado adotou procedimento semelhante ao que é articulado agora por esse grupo de senadores.

À época, a Mesa Diretora decidiu desafiar liminar concedida pelo ministro Marco Aurélio Mello e recusou-se a afastar da presidência da Casa o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). O Senado encaminhou ao STF uma decisão da Mesa em que informava que aguardaria o plenário do tribunal para então aceitar o afastamento de Renan.

No próprio Supremo a medida vem sofrendo críticas internas de outros ministros, que acreditam que a Corte não deveria ampliar o que chamam de sua área de competência e conflito.

O ministro Fachin decidiu afastar Aécio do cargo depois de ele aparecer em gravação feita no âmbito de delação premiada da Operação Lava Jato pedindo R\$ 2 milhões a donos do frigorífico JBS.

**CONTINUA**

21 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### REAÇÃO

Senadores ouvidos pela **Folha** que não participam da articulação criticaram a manobra. Roberto Requião (PMDB-PR) crê ser pouco provável que a Mesa descumpra uma decisão tomada pelo STF “Não acredito nisso não. A situação é muito delicada. Não vejo nenhuma possibilidade de a Mesa fazer isso”, disse.

Para o peemedebista, o caso é muito diferente de o que a Mesa fez no caso de Renan.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor de um pedido de cassação de Aécio, nega ter ouvido a articulação e considera a possibilidade de descumprimento da decisão do STF “um absurdo”.

“Diante dessa possibilidade [de a Mesa reverter decisão da Justiça], determinei que a minha assessoria preparasse um mandado de segurança para que seja confirmada pelo Supremo a decisão desta semana [de Fachin, de afastar Aécio]”.

Cristovam Buarque (PPS-DF) diz ter conversado com sete senadores e que não ouviu de nenhum deles a possibilidade de a Mesa reverter a decisão do Supremo.

“Eu não tenho a menor informação sobre isso. Eu falei nesse instante com Tasso Jereissati [PSDB-CE] e não tem nada disso. Eu acho politicamente impossível que se consiga barrar isso”, afirmou.

Buarque diz ainda que o caso de Aécio é tão grave quanto o do ex-senador Delcídio do Amaral, preso em 2015.

21 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE

## Tensão entre Poderes é normal nos regimes constitucionais

OSCAR VILHENA VIEIRA  
COLUNISTA DA FOLHA

É da natureza dos regimes constitucionais uma certa tensão entre os Poderes. Afinal, se a principal função da separação de Poderes é estabelecer um sistema de controle recíproco entre as esferas, a tensão é antes a regra do que a exceção.

Em tempo de crise, no entanto, essa tensão pode degenerar em conflitos e cruas disputas institucionais.

A decisão de afastar o senador Aécio Neves, tomada pelo ministro Edson Fachin, poderá gerar um novo embate entre o Supremo e o Senado. Juridicamente o afastamento de um senador pelo STF não é uma questão trivial, pois não há um dispositivo claro na Constituição a autorizar essa medida.

No caso de Eduardo Cunha, o Supremo decidiu, pela unanimidade de seus ministros, que estava dentro de sua competência cautelar afastar o parlamentar, pois ele não apenas estava obstruindo a Justiça como também estava impedindo o adequado funcionamento da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, que o investigava.

Essa competência de tomar medidas cautelares, que visam proteger o bom andamento do processo judicial, seria uma consequência necessária da competência do Supremo de processar os

membros do Legislativo, sem a necessidade de prévia autorização do Parlamento, conforme disposto pelo artigo 53, parágrafo 1º da Constituição.

A única limitação imposta ao poder cautelar do Supremo seria a decretação da prisão. Essa somente poderia ser imposta em caso de flagrante delito de crimes inafiançáveis. Mesmo nesses casos, os autos devem ser enviados à Casa à qual pertencer o parlamentar preso, para que ele decida se mantém ou não a prisão.

Em parte, foi o que ocorreu com o senador Delcídio do Amaral, preso em flagrante por determinação do Supremo. O calcanhar de Aquiles desse precedente é que não se tratava de crime inafiançável.

Aécio certamente irá contestar a suspensão do mandato imposta pelo STF. Há espaço argumentativo para isso. Poderá, também, questionar o ato de Fachin junto ao próprio Supremo. Distintamente do caso de Cunha, a medida de afastamento não foi referendada pelo pleno do Tribunal. Isso pode fragilizá-la. Até porque nada garante que, se submetida ao plenário, irá prevalecer.

O Senado certamente irá avaliar politicamente se o caso de Aécio constitui a melhor ocasião para tentar lutar por suas prerrogativas. Se resolver enfrentar a decisão de Fachin, é garantido que teremos mais turbulência nos próximos dias.

# FOLHA DE S. PAULO

## 'JusInjustiça'

ROBERTO DELMANTO JUNIOR

Em face do enorme número de colaborações, fato é que o processo penal virou uma espécie de mercado de negociação de delações

21 MAI 2017

Os cidadãos brasileiros encontram-se, com toda a razão, visceralmente indignados com o teor das delações premiadas que têm exposto a magnitude da corrupção e do caixa dois nas campanhas.

A mais famosa delação de nossa história deu-se no julgamento de Tiradentes em 1792, com Joaquim Silvério dos Reis. Com a Independência, o instituto desapareceu.

Foi só em 1990 que a delação foi incorporada ao ordenamento brasileiro, chegando ao seu ápice com a lei nº 12.850/2013.

Veio ao Brasil por influência da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), sediada em Paris, lembrando-nos o utilitarismo do inglês Jeremy Bentham e o pragmatismo norte-americano.

Quando a investigação é bem-feita, está acompanhada de provas e, na avaliação do defensor e do acusado, possui alta probabilidade de punição severa, a delação se transforma em um meio de defesa. Uma rendição para "casos perdidos", com "redução de danos".

Em face do enorme número de colaborações, fato é que o processo penal virou uma espécie de mercado de negociação de delações: leve a impunidade ou grande diminuição de sua pena, mediante a contrapartida de confessar o crime, devolver o dinheiro quando houver, ser traidor e delatar os outros, trazendo provas e novidades.

Se puder gravar áudios clandestinamente, melhor ainda. Quanto mais importante o delatado, maior a recompensa —poderá nem ser acusado.

Nessas barganhas, feitas sempre com os advogados, um aspecto sintomático é o aumento das prisões provisórias. Caso não houvesse o

instituto da delação, teria sido decretada a prisão do investigado?

A pergunta é perturbadora; a depender da resposta, as consequências, gravíssimas, podem configurar medieval ilícito.

Por outro lado, o Brasil viu um ex-funcionário de uma grande empreiteira afirmar às autoridades, com um sorriso: "Eu quero curtir a minha vida quando vocês tirarem esse negócio do meu pé [referindo-se à tornozeleira eletrônica]... Curtir os 40 anos que trabalhei...".

Assistimos também a proprietários da maior empresa de proteína animal do mundo, com aportes do BNDES de mais de R\$ 8 bilhões, irem morar em Nova York e de lá comandarem suas empresas, após confessarem graves crimes.

Esse é o custo/benefício da delação premiada. Nunca o Ministério Público teve tanto poder na história do Brasil —seus membros tornaram-se senhores de quem poderá ou não ser beneficiado com a delação, a depender do "tamanho da presa" a ser entregue, capturada em armadilhas bem armadas, com áudios clandestinos.

E os delatados serão punidos? Provavelmente algumas acusações são injustas. Buscarão demonstrar que não existem provas, que os delatores se contradizem ou mentem para agradar a acusação, que a prisão lhes impôs coação e que o acordo é nulo.

Vivenciamos uma metamorfose pragmática e autofágica no ideal de justiça, retratada no neologismo "JusInjustiça". Na condenação de delatados há a impunidade dos delatores; é a injustiça dentro da justiça.

A imagem é a do Coliseu romano: os gladiadores são os delatores e seus advogados, lutando com os delatados e seus defensores. As armas são as gravações, as provas, os detalhes e as contradições.

O público brada por Justiça, e o juiz assiste à luta lá do alto. Já o Ministério Público não mais está ao seu lado direito, mas em um degrau acima. Tornou-se, afinal, o senhor da delação e, portanto, da Justiça e da "JusInjustiça".

ROBERTO DELMANTO JUNIOR, doutor em direito pela USP, é advogado criminalista. É coautor de "Código Penal Comentado" e "Leis Penais Especiais Comentadas", entre outras obras



21 MAI 2017

**FOLHA DE S. PAULO**  
**PAINEL**  
**Gênese**

O promotor Sérgio Bruno Fernandes, responsável pela delação de Joesley Batista, da JBS, esteve no centro de uma polêmica em 2015. A OAB apresentou reclamação ao Conselho Nacional do Ministério Público afirmando que Fernandes, durante o intervalo de uma audiência judicial, admitiu ter usado como prova vídeos editados por um delator “antes da apresentação às autoridades”. O caso em tela era a Operação Caixa de Pandora, que derrubou o ex-governador José Roberto Arruda.

# FOLHA DE S. PAULO

AÉCIO NEVES

## O crime da calúnia

Minha família e eu fomos  
vítimas de armação feita  
por elementos que criaram  
falsas situações para obter  
benefícios de sua delação

22 MAI 2017

Nos últimos dias, minha vida foi virada pelo avesso. Tornei-me alvo de um turbilhão de acusações, fui afastado do cargo para o qual fui eleito por mais de 7 milhões de mineiros e vi minha irmã ser detida pela polícia sem absolutamente nada que justificasse tamanha arbitrariedade.

Tenho sentimentos, sou de carne e osso, e esses acontecimentos — o que é pior, originados de delações de criminosos confessos, a partir de falsos flagrantes meticulosamente forjados — me trouxeram enorme tristeza. Também, por certo, alimentaram decepção naqueles que confiaram em mim ao longo de minha vida pública. É principalmente a estes que ora me dirijo.

Tenho me dedicado a tentar construir um país melhor. Neste último ano empenhei-me em ajudar o presidente Michel Temer no árduo trabalho de reerguer o país, o que, aválio, vem sendo bem-sucedido. Há, porém, muitos insatisfeitos e contrariados com as mudanças em marcha.

Tudo isso sofreu um abalo sísmico, na semana passada, com a divulgação de gravações covardemente feitas pelo réu confesso Joesley Batista de conversas com o presidente da República e de outras que manteve comigo. Nestas, ele tenta conduzir o diálogo para criar-me todo tipo de constrangimento.

Lamento sinceramente minha ingenuidade — a que ponto chegamos, ter de lamentar a boa-fé! Não sabia que na minha frente estava um criminoso sem escrúpulos, sem interesse na verdade, querendo apenas forjar citações que o ajudassem nos benefícios de sua delação.

Além do mais, usei um vocabulário que não costumo usar, e me penitencio por isso, ao me referir a autoridades públicas com as quais já me desculpei pessoalmente.

Mas reafirmo: não cometi nenhum crime!

Setores da imprensa vêm destacando uma acusação do delator de que, em 2014, eu teria recebido R\$ 60 milhões em “propina”. Mas muito poucos tiveram a curiosidade de pesquisar e constatar que isso se refere exatamente aos R\$ 60 milhões que a JBS doou legalmente a campanhas do PSDB naquele ano.

E foram raros também os que se interessaram em registrar afirmações dos próprios delatores sobre mim — “nunca nos ajudou em nada” e “nunca fez nada por nós”, disseram a meu respeito. Então pergunto: onde está o crime? Aliás, de qual crime acusam a mim e a meus familiares?

Em março deste ano, solicitei a minha irmã e minha amiga, Andrea, que procurasse o senhor Joesley, a quem ela não conhecia, e oferecesse o que já havíamos feito sem sucesso com outros empresários brasileiros: a compra do apartamento em que minha mãe mora, herança do seu falecido marido, e que já estava à venda. Parte desse valor nos ajudaria a arcar com os custos de minha defesa.

Foi do delator a sugestão de fazer um empréstimo com recursos lícitos, que ele chamava “das suas lojinhas”, e que seria naturalmente regularizado por meio de contrato de mútuo, até para que os advogados pudessem ser pagos.

O contrato apenas não foi celebrado porque a intenção do delator não era esta, mas sim criar artificialmente um fato que gerasse suspeição e contribuísse para sua delação.

Daí por diante, fomos vítimas de uma criminosa armação feita por elementos que não se constrangeram em criar falsas situações para receber em troca os extraordinários benefícios de sua delação, inclusive ganhando dinheiro especulando contra o Brasil e contra os brasileiros, em razão da crise provocada pela divulgação das grava-

ções. Para eles, o crime e a calúnia certamente compensam.

São, portanto, evidentes o comprometimento de meus acusadores e a inconsistência do teor das acusações dirigidas contra mim e minha família. Fui vítima de criminosa armação. Mas isso não significa que não tenha errado.

Errei ao procurar quem não deveria. Errei mais ainda, e isso me corrói as vísceras, em pedir que minha irmã se encontrasse com esse cidadão, que em processo de delação arquitetou um macabro e criminoso plano para obter certamente ainda mais vantagens em seu acordo.

Vale aqui registro em relação aos motivos usados para a suspensão de meu mandato parlamentar, iniciativa para a qual não há precedentes.

Nenhum de meus atos legislativos e políticos demonstram qualquer intenção de obstruir a Lava Jato ou qualquer outra investigação, tampouco interferir em instituições encarregadas de apurar os fatos. Ao contrário, minhas posições sempre foram claras e legitimadas pelo exercício de meu mandato.

A partir de agora, dedicarei cada instante de minha vida a provar minha inocência e a de meus familiares, a mostrar que honrei os mandatos e a confiança que os eleitores de Minas e de todo o país me delegaram em mais de 30 anos de vida pública.

Usarei como armas a lei e a verdade para que esta injustificável violência contra Andrea e contra Frederico seja rapidamente revertida.

Acredito na força da nossa democracia, confio na Justiça e na integridade das nossas instituições. Estou convicto de que, ao cabo do devido processo legal e do desenrolar das investigações, a verdade prevalecerá e a correção de meus atos e de meus familiares restará provada.

**CONTINUA**

22 MAI 2017

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Diante da necessidade de dedicar-me integralmente à minha defesa, deixo de ocupar nesta **Folha** o espaço que, durante quase seis anos, ocupei semanalmente, buscando contribuir para aprofundar a discussão sobre os problemas do país.

Aos leitores da **Folha** que me acompanham nesta jornada, de alegrias e tristezas, deixo meu sincero agradecimento. Aos brasileiros, reafirmo a minha determinação de enfrentar este momento de incompreensões, com a coragem e a altivez que jamais me faltaram ao longo de toda a minha caminhada. A verdade prevalecerá!

AÉCIO NEVES é senador (PSDB-MG). Foi candidato à Presidência em 2014 e governador de Minas Gerais entre 2003 e 2010

22 MAI 2017

## FOLHA DE S. PAULO

### Por um fio

Sob suspeitas gravíssimas, governo Temer terá de, ao mesmo tempo, defender-se no Judiciário e manter coesa sua base de sustentação

Passado o impacto inicial — e arrasador — da delação da JBS, o presidente Michel Temer (PMDB) dedica-se a convencer uma audiência restrita de que tem condições de permanecer no cargo.

Impopular desde a origem de seu governo, Temer não se dirige ao público geral quando apresenta sua defesa, como fez no pronunciamento deste sábado (20). Fala, principalmente, às instituições do Judiciário e aos partidos de sua base de sustentação no Legislativo.

Sua tarefa, difícilíssima, é contestar os indícios e procedimentos que motivaram um inquérito contra si e, mais relevante de um ponto de vista pragmático, evitar a debandada de sua coalizão parlamentar.

O presidente não deixa de ter razão ao apontar inconsistências, de forma e conteúdo, na gravação de sua conversa com o empresário Joesley Batista. Também procede o raciocínio de que a manobra contribuiu para que o delator, criminoso confesso, hoje viva em liberdade nos Estados Unidos.

Esta **Folha**, acrescente-se, há muito manifesta sua preocupação com a prudência jurídica, o direito à plena defesa e a presunção da inocência, que correm o risco de ser violados no turbilhão diário de escândalos e em meio à indignação da opinião pública.

Sob o prisma político, entretan-

to, as gravíssimas suspeitas levantadas contra Temer são plausíveis o bastante para comprometer a capacidade de governar — ainda que o inquérito em curso não revele de pronto novas complicações.

O presidente recebeu na residência oficial um empresário investigado (a este jornal, disse que ignorava tal condição); passivamente, ouviu-o discorrer sobre intenções de subornar procuradores.

Designou ainda a Batista um interlocutor privilegiado, o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), afastado do posto após flagrante de receptação de dinheiro.

Na arena parlamentar, Temer depende de manter uma coalizão que não apenas contenha investidas por seu impedimento, mas que respalde a agenda de estabilização econômica — esteio básico, talvez único, de sua gestão.

Político reconhecidamente habilidoso, o peemedebista fez avançar reformas cruciais. Aprovaram-se o teto para os gastos públicos e o programa de socorro a Estados falidos; há pela frente as reformas previdenciária e trabalhista, sem as quais a retomada econômica torna-se ainda mais incerta.

A própria hipótese de que Temer venha a ser deposto, aliás, basta para provocar a retração de consumidores e empresas. À **Folha**, o presidente descarta a renúncia: “Se quiserem, me derrubem”.

Vislumbra-se, assim, um círculo vicioso em que fragilidades do mandatário, de sua base e da economia acentuam umas às outras. É ameaça que o governo, por um fio, terá de debelar em questão de dias.

# FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS MOTA

## A hora suprema

22 MAI 2017

**SÃO PAULO.** Armou-se um bote para nocautear o presidente da República. Uma acusação grave foi veiculada como se verdade fosse, sem que os meios para avaliá-la estivessem disponíveis. Michel Temer foi à lona, mas ergueu-se, sequelado, pouco antes do final da contagem.

Em organizações institucionais relativamente complexas como a brasileira, seria improvável a queda instantânea do chefe do Executivo, mesmo no caso de um político arqui-impopular como Temer.

A sobrevivência do governo deu ao país a oportunidade de discutir não apenas o destino do presidente, mas também as anomalias da ação investigatória, do acordo de delação que a ensejou e das conclusões iniciais do ministro Fachin.

O Brasil rumará para um arremedo de Estado policial, conferindo poderes políticos extraordinários ao procurador-geral da República e ao chefe da Polícia Federal, se o Supremo não impuser, no julgamento marcado para esta quarta (24), alguns limites ao descomedimento da acusação.

O direito inspirado no calvinismo ou no marxismo pode dar carta branca para pessoas incriminarem terceiros em gravações clandestinas. O direito que prevalece nas nações civilizadas não pode.

Agride a cidadania presentear com imunidade penal empresários que, após encherem-se de dinheiro estatal, confessaram aos risos ter subornado a República. Ou esse acordo é revisto, ou ficará maculado o legado de equidade da Lava Jato.

A assinatura de um único juiz não pode bastar para suspender o exercício de mandatos concedidos pela soberania popular. Tais decisões gravíssimas deveriam ser submetidas ao plenário da corte.

Quanto a Temer, seu destino parece agora selado no julgamento do Tribunal Superior Eleitoral. Esse processo, amadurecido e bem instruído, tem toda a legitimidade para cassar um mandato obtido mediante ostensivo abuso do poder econômico.

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

22 MAI 2017

## SANTO DE CASA

A eventual candidatura de Cármen Lúcia, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), para substituir Michel Temer por meio de eleição indireta no Congresso é vista com reservas por integrantes do tribunal. O nome dela tem sido considerado por partidos como o PSDB.

### SANTO 2

Um dos magistrados afirmou à coluna acreditar que um desfecho com Cármen Lúcia candidata a presidente poderia dar a impressão de que o STF se movimentou para isso, o que comprometeria a credibilidade do tribunal.

### TUDO NOVO

Dois outros magistrados acreditam que ela sequer poderia concorrer pois regras eleitorais exigem que candidatos deixem cargos públicos seis meses antes de uma eleição.

Não há, no entanto, uma lei específica sobre um pleito presidencial indireto depois do afastamento de dois presidentes, situação inédita no país.

### LUGAR ERRADO

Um deles afirma que a presidente do STF não teria o perfil e a personalidade adequados para assumir o comando do país em situação de crise aguda.

### EM RISCO

Se ficar comprovado que a JBS lucrou comprando dólares e vendendo ações antes da divulgação da delação de seus executivos, o grupo deve enfrentar processos nas esferas criminal e civil, diz o professor da FGV Ary Oswaldo Mattos Filho, especialista em direito tributário.

E, se a operação passou pelos EUA, que tem regulação mais rigorosa, a empresa pode receber “multas homéricas”, avalia.

### EM RISCO 2

Na sexta (19), a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que regula o setor, afirmou que investiga as operações da empresa.

### AMARGO

A Defensoria Pública de SP pediu ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) a anulação da sentença de uma mãe que roubou ovos de Páscoa em um supermercado em 2015 e foi condenada pelo TJ-SP (Tribunal de Justiça de SP) a mais tempo de prisão que diversos envolvidos na Operação Lava Jato.

### AMARGO 2

O executivo João Procópio Junqueira, por exemplo, recebeu sentença de dois anos e seis meses de reclusão por lavagem de dinheiro. A mulher foi condenada a três anos e dois meses de prisão em regime fechado — a sentença saiu quando ela estava grávida.

### PRAZO

A ação da Defensoria faz parte de um mutirão criado pela entidade para atender as cerca de 1.800 presas no Estado que poderiam se beneficiar do indulto concedido a mulheres que praticaram crimes não violentos. Na última quinta (18), a força tarefa da Defensoria atendeu 60 mulheres na penitenciária de Pirajuí, no interior de SP. Quinze delas estavam presas há mais de dois anos sem condenação em primeiro grau.

### Um deputado corrupto na República do Paraná

**A** cena que vou descrever a seguir aconteceu há mais de 20 anos.

Um deputado federal do Paraná, nascido em família tradicional e proprietária de empresa muito conhecida, tem o nome citado em um caso de corrupção. Ele convoca uma entrevista coletiva no seu escritório de Curitiba. Os jornalistas são convidados a se sentarem em cadeiras dispostas em um círculo. O deputado entra, toma seu lugar e começa a negar qualquer envolvimento com corrupção. Mostra-se revoltado e abalado, declara-se vítima de uma armação. Quando os jornalistas vão começar a fazer perguntas, uma mulher aparece na porta e, ao vê-la, ele se põe a chorar, tornando mais dramática a cena e interrompendo as explicações. A mulher era a esposa dele, que nenhum repórter reconheceu por se tratar de um segundo casamento recente.

Nada aconteceu com aquele deputado federal paranaense suspeito de corrupção no governo Collor. Não foi cassado, não foi preso, não foi punido. Certamente nem foi investigado. É por isso que não posso citar o nome dele, mesmo já estando morto.

Durante o governo Collor, alguns paranaenses eram próximos ao presidente e indicavam seus apadrinhados para cargos do governo federal. Essa turma era maldosamente chamada de "República do Paraná". Vira e mexe os membros da tal "República" eram citados em suspeitas de corrupção. Sobre um deles, diretor de um banco público, eu mesma, como repórter, ouvi várias denúncias: donos de construtoras contavam que ele exigia "presentes" para liberar financiamentos. Um desses presentes teria sido a reforma de seu apartamento em Curitiba. Os móveis e eletrodomésticos desejados eram listados e encaminhados para um representante das construtoras, que se encarregava de providenciar as compras. Como jornalista não tem os



instrumentos da Polícia Federal e do Ministério Público — não faz interrogatórios nem condução coercitiva, não grameia telefone nem faz acordo de delação premiada com as fontes —, dependíamos de denúncias. Lembra-se que o Collor se deu mal porque o próprio irmão o delatou? Empresários não denunciam ninguém para a imprensa. Contam histórias, mas não fornecem provas. Eles denunciam para a Justiça quando assim lhes convém, como temos visto nos últimos três anos.

Quando Emilio Odebrecht disse não entender a surpresa da imprensa com os recentes casos de corrupção, já que, segundo ele, o "esquema" existe há 30 anos, estava sendo sarcástico como só os potentes ousam ser. A imprensa vem acompanhando a corrupção no Brasil há bem mais de 30 anos e, na medida do possível, registrando-a. Mas não é ela que reúne provas, julga, cassa mandatos e prende. É o Legislativo e o Judiciário. Casos como aquele do

deputado federal paranaense foram negligenciados por quem deveria tomar providências. São muitos casos assim.

O motivo de eu me lembrar do deputado chorão de 1992 ou 1993 (não recordo exatamente o ano da denúncia) é que o mal que o acometia continua forte entre nós. Não me refiro à corrupção, mas à incapacidade de admitir erros. No Brasil, quando alguém é pego com a boca na botija, nega. Nega porque sabe que pode se safar e por isso vale a pena mentir. Nega para confundir, para bagunçar, para distrair. Aquele deputado paranaense que chorava (na minha opinião, lágrimas de crocodilo) e afirmava que estava sendo vítima de uma armação deu-se bem. Sua "verdade" prevaleceu e ele até foi reeleito. Houve dezenas como ele.

**CONTINUA**

**20 MAI 2017**

**21 MAI 2017**

# **GAZETA DO POVO**

## **CONTINUAÇÃO**

Essa incapacidade de agir com hombridade e assumir erros é uma ferramenta de sobrevivência eficaz e que, sendo assim, incorporamos ao jeito brasileiro de ser. É parte da “involução” da espécie. O malfeitor brasileiro paga para ver, mesmo diante da possibilidade de uma longa e dolorosa agonia para si e para o país, porque se inspira nos casos em que a mandragem valeu a pena. Só depois de muitos serem desmascarados o comportamento-padrão perderá força.



## CELSO NASCIMENTO

### O Paraná sem timidez

**M**uito se fala da timidez política do Paraná. Pouquíssimos são os momentos da história nacional em que o estado aparece com algum grau de proeminência. Não se chega a esta conclusão comparando-o a São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — estados que desde a proclamação da República revezam-se frequentemente no poder. Mas não podemos nos comparar nem ao menos com Alagoas... É triste.

É certo que já tivemos momentos em que paranaenses ilustres brilharam positivamente na cena política brasileira. Podem ser citados, entre os poucos exemplos positivos, os ex-governadores Bento Munhoz da Rocha Neto, Ney Braga, José Richa — os três participantes ativos de vários importantes episódios da história nacional.

Lamentavelmente, nos últimos anos o Paraná tem sido mais lembrado por fatos constrangedores. Não nos esqueçamos, por exemplo, que a Operação Lava Jato se concentra no Paraná pelo simples fato de que eram daqui os políticos e operadores que deram origem à descoberta do maior escândalo de corrupção a que o Brasil já assistiu — casos do falecido deputado do PP José Janene e do doleiro Alberto Youssef.

Agora, quando mal se abrem as cortinas do apocalíptico escândalo das delações do grupo JBS, com megatons suficientes até para forçar o afastamento de um Presidente da República, eis que, de novo, o Paraná aparece na linha de frente.

Personagem central da trama corrupta agora revelada está o paranaense Rodrigo Rocha Loures, deputado federal do Paraná, que disputa com figuras carimbadas como Eliseu Padilha, Geddel Vieira Lima e Moreira Franco, um lugar privilegiado (embora mais discreto) entre os homens de

### Beto Richa e o seu irmão, José Richa Filho, têm os nomes citados nas delações da JBS

maior confiança do presidente Michel Temer. Tanta confiança que foi ele o indicado para o dono da JBS, Joesley Batista, para saber “de tudo” e de se encarregar pessoalmente do transporte de malas.

Filho de família ilustre, tradicional e respeitada da terra das Araucárias, Rodrigo viu-se repentinamente enleado na trama da Operação Patmos conduzida de forma controlada pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal. Foi filmado, fotografado e gravado em constrangedores flagrantes que os investigadores classificaram de criminosos.

#### PSDB é quem explica

Nomes de outros paranaenses começam a emergir nas delações já homologadas e retiradas de sigilo pelo ministro do STF, Edson Fachin. Dois deles são o governador Beto Richa e o seu irmão, José Richa Filho, o Pepe, secretário estadual de Infraestrutura e Logística, conforme já publicado no portal da **Gazeta do Povo** na tarde desta sexta-feira (19).

Segundo o site do jornal paulista *Valor Econômico*, do Anexo 30 das delações de executivos da JBS consta uma referência embaçosa sobre transferências em 2014 “em es-

pécie” [...] “de 1 milhão a Beto Richa (PSDB), governador do Paraná, por meio de Pepe Richa, irmão do governador paranaense.”

O PSDB se encarregou de emitir nota oficial, nos seguintes termos: “O Comitê Financeiro da Campanha Eleitoral de 2014 do PSDB esclarece que recebeu duas doações do grupo JBS S/A, nos valores de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$ 1.000,00 (um mil reais), respectivamente. As referidas doações estão declaradas na prestação de contas entregue à Justiça

Eleitoral e em conformidade com a legislação vigente à época das eleições de 2014. Curitiba, 19 de maio de 2017.”

A citação a Beto Richa e ao irmão Pepe consta da delação do executivo Ricardo Saud, homem de confiança do presidente da JBS, Joesley Batista. Saud foi por inúmeras vezes também filmado agindo como intermediário dos repasses indevidos, incluídos aqueles endereçados a Aécio Neves e para Rodrigo Rocha Loures.

# Cresce relação da bancada do PR com casos de corrupção



Rodrigo Rocha Loures (PMDB).



Osmar Serraglio (PMDB).



Gleisi Hoffmann (PT).



André Vargas (PT).

Deputado Rocha Loures é o mais novo nome de parlamentar paranaense envolvido com escândalo

20 MAI 2017

21 MAI 2017

Da Redação

● Com a delação da JBS, mais um membro da banca federal do Paraná passou pela situação de sentir de perto o gostinho do poder para depois se tornar alvo de investigações sobre casos de corrupção da república brasileira. O deputado federal Rodrigo da Costa Rocha Loures (PMDB) era assessor direto de Michel Temer desde 2011. Antes deles, os deputados André Vargas (PT), Osmar Serraglio (PMDB) e a senadora Gleisi Hoffmann (PT) vivenciaram situação semelhante.

Em março, Rocha Loures assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados, mesmo mês em que foi flagrado pela Operação Lava Jato em negociações com Joesley Batista envolvendo o pagamento de propina. O deputado, agora afastado da Câmara, tinha assumido a vaga de Osmar Serraglio (PMDB), que foi alçado a ministro da Justiça por Temer.

O próprio ministro da Justiça se tornou alvo de suspeitas logo depois que assumiu. Em março, com a deflagração da Operação Carne Fraca, vieram à tona áudios em que Serraglio conversa com o ex-superintendente do ministério da Agricultura no Paraná, apontado como chefe de organização criminosa pela Polícia Federal. Ele também foi tratado como o “velhinho que está conosco” por uma das fiscais investigadas. O caso gerou constrangimento, mas não foi suficiente para derubar Serraglio.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

20 MAI 2017

21 MAI 2017

André Vargas também se aproximava do poder quando foi alvejado pela Lava Jato. Ele ocupava a vice-presidência da Câmara dos Deputados quando foi preso durante a 11ª Fase da operação, em abril de 2015. No mesmo ano foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro relacionados a fraudes em contratos com a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Saúde. Em abril de 2017, nova condenação, também por lavagem de dinheiro na compra de uma casa em Londrina, com recursos obtidos no caso que gerou a primeira condenação.

Gleisi Hoffmann foi ministra da Casa Civil entre junho de 2011 e fevereiro de 2014. Em outubro de 2014, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Yousseff implicaram a senadora nos esquemas de corrupção da estatal. A campanha dela em 2010 teria recebido R\$ 1 milhão. De lá para cá o nome da senadora apareceu em outras delações, como a da Odebrecht, que indicou o repasse de R\$ 2 milhões em caixa 2 na campanha de 2014, além de outros recursos nas campanhas de 2008 e 2010.

### **Rocha Loures vai enfrentar pedido de cassação**

● PSOL e Rede preparam para a próxima semana a formalização de uma representação por quebra de decoro parlamentar contra o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) no Conselho de Ética da Câmara. O peemedebista foi citado na delação de Joesley Batista por supostamente ter atuado no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em troca de propina. Os partidos vão alegar que as provas contra o deputado são suficientes para cassar seu mandato.

A representação, que deve ser protocolada na terça-feira, 23, vai sustentar que Rocha Loures recebeu dinheiro não contabilizado para defender interesses privados junto à administração pública. No diálogo captado pelo empresário, Temer indica o deputado para resolver um assunto da J&F (holding que controla a JBS) no Cade. Na conversa, o empresário ainda perguntou a Temer se poderia tratar "de tudo" com o parlamentar, ao que o presidente respondeu: "Tudo".

Em outra gravação entregue aos procuradores, feita em vídeo dias depois, o parlamentar foi flagrado recebendo uma mala com R\$ 500 mil que teria sido enviada por Joesley. Tanto a conversa com Temer quanto a entrega do dinheiro teriam ocorrido em março, mês em que Rocha Loures assumiu o mandato na vaga deixada pelo atual ministro da Justiça, Osmar Serraglio.

# GAZETA DO POVO

## A renúncia e as reformas

**D**esde que Michel Temer assumiu provisoriamente a Presidência da República, em maio de 2016, já havia o temor de que o político contaminasse o econômico. Como lembramos recentemente, Temer chegou ao Planalto já com a espada de Dâmocles pendendo sobre sua cabeça, na forma do processo que corre no Tribunal Superior Eleitoral contra a chapa formada por ele e Dilma Rousseff. As menções ao presidente nas delações premiadas da Lava Jato apenas reforçaram essa possibilidade de contaminação, e a revelação da conversa com o dono da JBS enfraqueceu Temer de vez.

A divulgação do áudio de sua conversa com Joesley Batista, na quinta-feira, suscitou reações diversas. De fato, o trecho sobre a suposta compra do silêncio de Eduardo Cunha pareceu não corresponder ao que tinha sido ventilado na noite de quarta-feira, e é nisso que Temer e sua equipe se basearam para elaborar o “daqui não saio” da tarde de quinta-feira. Mas é absurdo julgar toda a gravação por esse trecho, pois, como afirmamos, o diálogo nada republicano — pelas circunstâncias e pelo conteúdo — entre o presidente e o empresário traz indícios fortes de prevaricação e tráfico de influência cometidos por Temer: são tanto crimes de responsabilidade, passíveis de processos de impeachment no Congresso Nacional (e já foram protocolados vários pedidos) quanto crimes comuns que podem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (e já existe inquérito aberto a esse respeito).

Temer não está apenas enfraquecido politicamente; ele perdeu a legitimidade e as condições morais de permanecer na Presidência da República. A renúncia, neste cenário, é a melhor saída para o país, e que Temer tenha a oportunidade de se defender das acusações contra ele sem que nesse processo arraste consigo o Brasil, ao contrário do que fez Dilma Rousseff

**Temer perdeu a legitimidade e as condições morais de permanecer na Presidência da República**

20 MAI 2017

21 MAI 2017

mesmo depois que seus crimes de responsabilidade ficaram evidentes além de qualquer dúvida. Se Temer insistir em ficar no cargo, sofrerá o lento e inevitável desgaste dos processos de impeachment ou da cassação pelo Tribunal Superior Eleitoral, ainda que caiba recurso dessa decisão.

E as reformas?, perguntarão muitos. Por mais necessárias que elas sejam, é ingenuidade achar que Temer seja capaz de levá-las adiante enquanto sangra lentamente no Planalto. O exemplo de Dilma precisa ser invocado mais uma vez: ocupada única e exclusivamente com sua defesa, ela deixou o Brasil escorregar ainda mais fundo na recessão. Antes de explodir a delação da JBS, Temer já vinha precisando usar nomeações para cargos comissionados e afaçar prefeitos para influenciar parlamentares. Agora, o presidente seria presa fácil nas mãos de deputados e senadores. As reformas correriam sério risco de serem totalmente desfiguradas ou simplesmente rejeitadas.

Todos sabemos da importância das reformas e do papel de Michel Temer em ter tido a coragem de colocá-las em pauta. Mas a prioridade, agora, é a solução da crise política dentro dos caminhos institucionais e da fidelidade incondicional à Constituição. Não esperaríamos nem mesmo que um futuro presidente escolhido por eleição indireta resolvesse levar adiante as reformas — se isso ocorresse, seria um bônus surpreendente, dada a tendência do Congresso atual a amenizar o conteúdo das propostas de Temer. No entanto, também há microrreformas mais unânimes sendo conduzidas pela atual equipe econômica, cuja manutenção seria mais que bem-vinda. De qualquer forma, o mais provável é que, até o fim de 2018, o país tenha de esperar a passagem da turbulência com os cintos de segurança afivelados — se as reformas não saírem no futuro próximo, que pelo menos não voltemos ao caos da recessão.

20 MAI 2017

21 MAI 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



22 MAI 2017

# GAZETA DO POVO

## Sem adesão, Temer cancela jantar de apoio com aliados

Encontro deveria ocorrer ontem à noite. Políticos próximos do presidente foram vê-lo durante o dia

BRASÍLIA  
Agência Estado

● O presidente Michel Temer decidiu cancelar o jantar que estava programado para ser realizado no Palácio da Alvorada na noite de ontem — segundo parlamentares, por causa do risco de baixa adesão da própria base aliada no Congresso. Pela manhã, o ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy (PSDB-BA), encaminhou um convite, em nome de Temer, para um jantar com ministros e líderes dos partidos da base aliada no Senado e na Câmara numa tentativa de demonstrar apoio ao governo após o agravamento da crise política com a delação de executivos da JBS.

O cancelamento tem um significado simbólico: demonstra que a estratégia de defesa do Planalto parece não estar sendo suficiente para convencer parlamentares a participar de um evento de apoio. É nesse ambiente que o presidente inicia uma semana que tende a ser decisiva, com o encaminhamento do pedido de *impeachment* pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ao longo da tarde, líderes começaram a avisar que não haveria o evento. “O jantar foi cancelado. Muitos não conseguiram voar. Teremos uma reunião com quem estiver aqui”, informou o líder do PMDB Baleia Rossi (SP). O Planalto deve fazer uma nova tentativa de reunir a base hoje à noite.

Alguns parlamentares tentavam voltar a Brasília, mas tiveram dificuldades. Foi o caso do líder da maioria da Câmara, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), que ficou parado no aeroporto de Vitória por causa da chuva.

Auxiliares do presidente minimizaram a mudança de agenda. “Não tem jantar, nem solenidade. Quem estiver aqui em Brasília, vai passar pelo Palácio da Alvorada para conversar. Não tem nada programado. E, no domingo, sabemos que tem muito pouca gente na cidade”, afirmou à reportagem o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. O ministro disse ainda que estava ligando para as lideranças dos partidos da base ao longo do dia e chamou o encontro de “reunião informal”.

Durante todo o domingo,

### “REUNIÃO INFORMAL”

Era assim que o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, tratava ontem o encontro dos parlamentares com ministros e o presidente Temer.

Temer recebeu ministros, auxiliares e parlamentares no Alvorada. Logo cedo, ainda no Palácio do Jaburu, o peemedebista recebeu o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco (Secretaria-Geral de Governo).

O jantar era visto como uma “reunião de coordenação”. Até agora, o presidente tem conseguido conter uma debandada na base aliada. O PSB decidiu no sábado pedir a renúncia de Temer e convocações de eleições diretas. O ministro do partido, Fernando Filho (Minas e Energia), foi ao encontro do presidente no Alvorada acompanhado do pai, o senador Fernando Bezerra Coelho. O PPS voltou atrás do rompimento, apesar do pedido de demissão do ministro da Cultura, Roberto Freire.

---

“Não tem jantar, nem solenidade. Quem estiver aqui em Brasília, vai passar pelo Palácio da Alvorada para conversar. Não tem nada programado.”

Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil

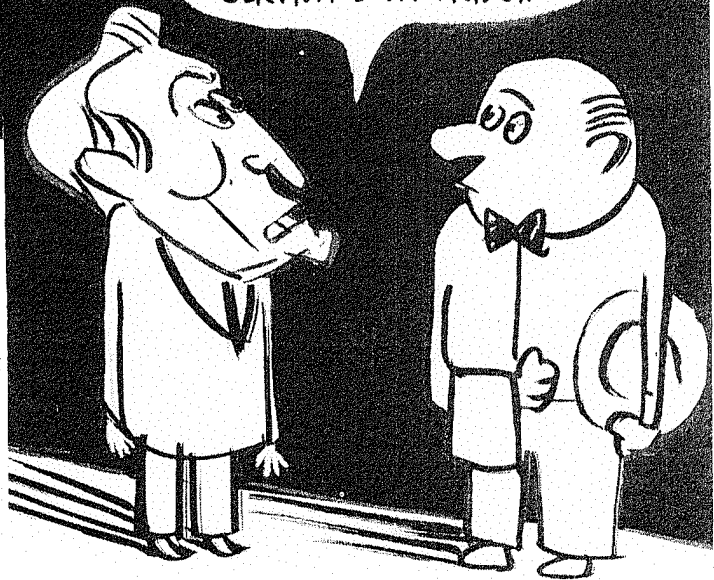
22 MAI 2017

GAZETA DO POVO

AENETT

NO SUBSOLO  
DO PALÁCIO  
DO JABURU

CANCELE O JANTAR  
COM OS ALIADOS:  
DESCOBRI QUE A CARNE  
SERVIDA É DA FRIBOI.



22 MAI 2017

## GAZETA DO POVO

### Aécio recorrerá ao STF para manter o cargo

● A defesa do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) vai entrar com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para que ele possa retomar o mandato parlamentar. Alberto Toron, um dos advogados do tucano, diz que o caso de Aécio é diferente dos demais parlamentares que foram afastados do cargo pela Operação Lava Jato, como o senador cassado Delcídio Amaral e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. "Delcídio foi preso em flagrante. Já o afastamento de Cunha aconteceu porque ele estava se valendo da condição de presidente da Câmara para impedir o avanço do processo contra ele no Conselho de Ética", disse.

O afastamento de Aécio foi determinado pelo relator da Lava Jato no Supremo, ministro Edson Fachin. O magistrado também impôs duas outras medidas cautelares: a proibição de contatar qualquer outro investigado ou réu no conjunto de fatos revelados na delação da JBS; e a proibição de se ausentar do País, devendo entregar o passaporte. Fachin negou o pedido da Procuradoria-Geral da República para que o tucano fosse preso. Por estar apenas afastado, Aécio mantém a prerrogativa do foro privilegiado, isto é, de ser julgado pelo STF.

### REINALDO BESSA

### Sábado tenso

**A** bancada do Paraná no Conselho Federal da OAB foi voto vencido na votação do pedido feito pelo advogado do presidente Michel Temer, Gustavo Guedes, para que a entidade lhe concedesse mais prazo para apresentar sua defesa no caso da gravação da conversa com o empresário Joesley Batista, na reunião de sábado, em Brasília, em que se aprovou a proposta pró-impeachment. Os três conselheiros do estado, José Lucio Glomb, Juliano Breda e Cassio Telles, votaram a favor do pedido feito por Guedes, que também é de Curitiba. O presidente da OAB-PR, José Augusto de Noronha, também estava presente e discursou no encontro, endossando a posição dos conselheiros do estado.

•••

Glomb descreveu a reunião à coluna como bastante tensa. Ao final, todos os advogados cantaram o Hino Nacional, que mais parecia uma marcha fúnebre, segundo ele. "Melhor seria se tivéssemos rezado um Pai Nosso", disse.

### Prudência, senhores

José Lucio Glomb, que já foi presidente da OAB-PR e do Instituto dos Advogados do Paraná, defende um grande pacto nacional pelo bem do país, a exemplo do que ocorreu na Espanha, com o Pacto de Moncloa, e a reforma política já.



# GAZETA DO POVO

## ANDRÉ GONÇALVES FERNANDES

**Direito além  
dos afetos**

**22 MAI 2017**

**H**á pouco, o STF decidiu pela possibilidade de extensão dos efeitos sucessórios do casamento para a união estável. Enfim, quem tiver uma mera relação de afeto com o falecido passará, agora, a ser herdeiro com direitos iguais aos dos filhos do mesmo morto.

A tese, equivocada por si só, é mais um capítulo da deriva radical que a afetividade tem propiciado ao direito de família. Se a afetividade fosse o fundamento e a razão de ser desse ramo jurídico, não restaria evidente um critério objetivo que impulsionasse a sociedade e o próprio direito a se ocupar da normatividade de tais situações.

O problema reside no fato de que há muitas situações de afetividade que nunca buscaram a força atrativa do direito, salvo para efeitos periféricos, a saber, para atribuir algumas consequências jurídicas acidentais, como, por exemplo, no passado, em que se indenizava o cônjuge pela dedicação exclusiva aos afazeres domésticos no caso de dissolução da união estável.

Logo, o fato de duas pessoas estabelecerem laços de afetividade não nos parece suficiente, por si só, para justificar toda uma regulação jurídica tão densa e fecunda, que possa ser erigida à condição de direito de família, cuja finalidade, desde sempre, foi a de regular e proteger uma estrutura antropológica objetiva.

Mas não é só. Se a bandeira do afeto é levantada a prumo no território do direito de família, logo, convém apreciar sua situação na estrutura do ente humano. A afetividade, estudada pela antropologia filosófica desde a antiga greidade, é uma potência humana, pareada pela razão e pela vontade. Impulsionado pela fenomenologia no século 20, seu estudo chegou a novos patamares de conhecimento que vieram a refor-

çar os delineamentos daquela antropologia e, também, provocaram uma nova vitalidade na compreensão de sua efetiva importância e de sua ação recíproca com a vontade e a razão humanas.

Contudo, no direito de família, a afetividade passou a ser confundida com sua versão reducionista, conhecida por sentimentalismo, o qual restringe a dimensão afetiva, esta nobre realidade da natureza humana, a uma mera tendência permanente e consciente, que dirige e incita a atividade do indivíduo para um fim, como, por exemplo, as pulsões do prazer sexual e as da atração para a morte.

Assim, conhece-se muito da cadeia mecânica das sensações, imprescindível para o estudo da afetividade, mas pouco ou nada se sabe sobre seus fundamentos últimos. Um famoso romancista britânico já dizia que todo amor humano, em seu apogeu, tem a tendência de reivindicar uma autoridade divina, porque sua voz tende a soar como se fosse a vontade do próprio Deus.

Segundo esse romancista, essa voz passa a nos dizer para não medir o custo, exige de nós um compromisso total, tenta superar todas as outras reivindicações e insinua que todo ato feito sinceramente “por causa do amor” é, portanto, bom e até meritório.

Sabemos que o amor erótico e o amor patriótico tentam, dessa forma, “tornar-se deuses”. Mas os afetos podem fazer o mesmo e até mais na relação familiar. Entronizar a afetividade como fundamento do vínculo familiar é

o mesmo que pleitear do direito que se faça mais do que a realidade permite e sem fazer o que a realidade pede.

**André Gonçalves Fernandes**, doutorando, é juiz de Direito, professor-pesquisador e membro da Academia Campinense de Letras.

**22 MAI 2017**

## **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**TRE**

### **agradece a Prefeitura por apoio a iniciativa ambiental**

O prefeito Rafael Greca participou, na quinta-feira, no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), de uma solenidade de agradecimento pelo apoio da Prefeitura ao Plano de Logística Sustentável do órgão. Em abril, a administração municipal entregou aos servidores do fórum uma Estação de Sustentabilidade para armazenamento seletivo de resíduos.

A homenagem foi feita pelo presidente do TRE, desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, e contou com a participação do secretário municipal do Meio Ambiente, Sérgio Tocchio.

A doação foi a resposta da administração municipal ao pedido de elaboração de um projeto para estação de tratamento feito pela servidora Ivanilda Silva. Ela trabalha na coordenação de Infraestrutura Predial e participa das ações da Seção de Gestão de Sustentabilidade, coordenada por Ceres Olsson. “A doação foi uma bela surpresa para nós, que pudemos revitalizar a área antes reservada aos contêineres para armazenamento do material”, disse

### **STJ afasta honorários em recurso interposto antes do novo CPC**

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deixou de aplicar as disposições do Código de Processo Civil de 2015 sobre honorários em um recurso porque o questionamento foi apresentado antes de 17 de março de 2016, data em que a nova legislação passou a valer. O julgamento tratava de embargos de declaração com pedido de complementação de verba honorária.

Os argumentos trazidos pelo advogado tomavam como base o artigo 85 do CPC de 2015. Após o provimento do seu recurso no STJ, a parte interpôs os embargos alegando que o acórdão deixou de inverter o ônus da sucumbência e de fixar os honorários recursais.

O artigo 85, parágrafo 11, do CPC de 2015 prevê a majoração da verba honorária quando há apresentação de recurso. A relatora do caso, ministra Nancy Andriighi, reconheceu a omissão sobre a inversão dos ônus sucumbenciais em relação aos honorários recursais.

22 MAI 2017

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Fachin diz que gravações não são ilegais

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin considerou legais as gravações feitas pelo empresário Joesley Batista e enviadas à Procuradoria-Geral da República (PGR). O entendimento está na decisão de quinta-feira, na qual o ministro autorizou a abertura de investigação sobre o presidente Michel Temer, o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) e o deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR).

Os três foram gravados em conversas com o empresário e citados nos depoimentos de delação premiada da empresa JBS.

Ao aceitar o pedido de abertura de investigação, Fachin disse que a jurisprudência do STF valida gravações feitas por um investigado para captar conversas com terceiros. Na decisão, o ministro não fez juízo sobre as acusações.

“Desse modo, não há ilegalidade na consideração das quatro gravações em áudio efetuadas pelo possível colaborador Joesley Mendonça Batista, as quais foram ratificadas e elucidadas em depoimento prestado perante o Ministério Público (em vídeo e por escrito), quando o referido interessado se fez, inclusive, acompanhado pelo defensor”, argumentou o ministro.

Joesley Batista gravou quatro áudios e procurou a PGR para assinar um acordo de delação premiada, que foi homologado por Fachin. De acordo com o processo, o empresário gravou uma conversa com o

presidente Temer no dia 7 de março, por volta das 22h30, no Palácio do Jaburu. Em seguida, no dia 24 de março, gravou um diálogo com o senador Aécio e duas conversas com o deputado Loures.

Na conversa, Temer e Batista debateram o cenário político e os avanços na economia, além de falar sobre a situação do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) – preso na Operação Lava Jato. O áudio tem cerca de 40 minutos e foi divulgado pelo STF.

20 MAI 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## Presidente será investigado por três crimes no STF

Temer vai responder por corrupção passiva, obstrução à Justiça e organização criminosa; para Janot, houve 'anuência' para compra de silêncio de Cunha

**Breno Pires**  
**Rafael Moraes Moura**  
**Beatriz Bulla** | BRASÍLIA

O presidente Michel Temer será investigado no Supremo Tribunal Federal por suspeita de crimes de corrupção passiva, participação em organização criminosa e obstrução de Justiça. A Procuradoria-Geral da República afirmou, com base nas delações de executivos da JBS, que Temer e o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) – os dois são alvo do mesmo inquérito – têm atuado para impedir o avanço da Lava Jato.

A integra do pedido da Procuradoria-Geral da República e da decisão do ministro do STF Edson Fachin autorizando a investigação contra Temer, Aécio e o deputado afastado Rodrigo da Rocha Loures (PMDB-PR) foi tornada pública ontem.

Fachin destacou, entre os fatos que podem configurar como crimes descritos pela Procuradoria, a conversa entre o empresário Joesley Batista, dono da JBS, e Temer sobre o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que está preso.

Na conversa, o delator diz que tem procurado manter boa relação com Cunha mesmo após sua prisão e, segundo a Procuradoria, “Temer confirma a necessidade dessa boa relação”. “Tem que manter isso, viu”, afirma o presidente em áudio gravado por Joesley. “Joesley fala de propina paga todo mês, também ao Eduardo Cunha, acerca da qual há a anuência do presidente”, disse o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao pedir a abertura de inquérito ao STF.

Janot ainda atribuiu a Temer, a Aécio e ao ministro do STF Alexandre de Moraes tentativa

### ● Suspeitas

“Os fatos estão diretamente relacionados ao exercício da função. Nesse sentido, importante registrar que um dos delitos em tese cometidos é o de corrupção passiva, o qual pressupõe justamente o exercício de cargo.”

**Rodrigo Janot**

PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

de “organizar uma forma de impedir que as investigações avançassem por meio da escolha dos delegados federais que conduziriam os inquéritos, direcionando as distribuições.”

‘**Sinais claros**’. Em depoimento à Procuradoria, Joesley disse que “continua pagando ao (Lúcio) Funaro R\$ 400 mil para garantir o silêncio dele e de Cunha” e “que sempre recebeu sinais claros que era importante manter financeiramente ambos e as famílias, inicialmente por Geddel Vieira Lima e depois por Michel Temer”.

Fachin chegou a devolver a Janot o pedido sobre Temer para “manifestação por parte da Procuradoria-Geral da República” sobre se a regra da imunidade temporária à persecução penal se aplicaria a Temer neste caso. Janot afirmou que não valeria.

“Os fatos estão diretamente relacionados ao exercício da função. Nesse sentido, importante registrar que um dos delitos em tese cometidos é o de corrupção passiva, o qual pressupõe justamente o exercício de cargo, emprego ou função pública por parte do agente”, disse o procurador-geral.

Fachin, então, autorizou. O ministro também disse que é válida a gravação de quatro áudios feita por Joesley e entregues ao Supremo como parte do acordo de delação premiada.

O delator gravou uma conversa pessoalmente com Temer, outra com Aécio e duas com Loures. “Não há ilegalidade”, disse.

O ministro do Supremo ainda destacou trechos sobre Temer indicando Loures “como pessoa de sua extrema confiança para tratar dos temas de interesse da Joesley”, nas palavras da Procuradoria. Janot também narrou trechos de diálogos do agora deputado afastado com Joesley.

**Corrupção ativa.** Um quarto crime descrito no pedido de abertura de inquérito contra Temer, Aécio e Loures é o de corrupção ativa, mas, neste caso, a conduta é atribuída pela Procuradoria-Geral da República apenas a Joesley, pelo pagamento de R\$ 2 milhões acertado com Aécio que teriam sido destinados a pessoas de confiança do senador afastado.

Temer negou que tenha dado seu aval para comprar o silêncio do deputado cassado Eduardo Cunha. A Secretaria de Comunicação Social da Presidência, em nota, afirmou que, “no diálogo com Joesley Batista, o presidente Michel Temer diz que nada fez pelo ex-deputado Eduardo Cunha”, o que “prova que o presidente não obstruiu a Justiça”.

Aécio, que se licenciou da presidência do PSDB, afirmou ontem, também em nota, que “não existe qualquer ato do senador como parlamentar ou presidente do PSDB, que possa ter colocado qualquer empecilho aos avanços da Lava Jato”. “Ao contrário, como presidente do partido, o senador foi um dos primeiros a hipotecar apoio à operação”. Alexandre de Moraes não respondeu aos contatos do Estado.

# O ESTADO DE S. PAULO

## COLUNA DO ESTADÃO

### Aliados já negociam a sucessão de Temer

20 MAI 2017

**A**liados de Michel Temer avaliam que a situação do presidente é insustentável e já discutem a montagem de sua sucessão para tentar manter o grupo no poder e preservar a votação das reformas. Embora achem que as acusações feitas na delação da JBS podem até ser rebatidas juridicamente, reconhecem que a pressão da opinião pública contra Temer está se tornando incontornável. As próximas 48 horas serão decisivas. Nesse caso, Temer faria o gesto da renúncia e um integrante do grupo seria apoiado para disputar as eleições indiretas.

» **Ele manda.** O ministro Edson Fachin, do STF, é quem vai demandar ao Ministério Público e à Polícia Federal diligências para cumprirem no inquérito que investiga o presidente Michel Temer. É praxe pedidos de oitiva, buscas e quebra de sigilo.

» **Tô bem aqui.** A presidente do STF, Cármen Lúcia, não pode nem ouvir falar em candidatura à Presidência da República. Quem tenta iniciar o assunto com ela é interrompido. O nome dela é ventilado por partidos caso Temer renuncie ou perca o mandato.

» **Tô aqui.** O ex-ministro do STF Joaquim Barbosa voltou a carga e pediu, pelo Twitter, a saída de Temer.



» SINAIS PARTICULARES. Joaquim Barbosa, ex-ministro do STF

20 MAI 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### Tucano pediu ajuda a Gilmar por lei de abuso

Breno Pires  
Rafael Moraes Moura  
BRASÍLIA

Interceptação telefônica feita pela Polícia Federal aponta que o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) pediu ajuda a Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), para convencer o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a seguir a posição dele na votação do projeto que trata da lei de abuso de autoridade. Gilmar concorda. A conversa foi gravada na manhã de 26 de abril, dia em que o Senado aprovou, na Comissão de Constituição de Justiça e no plenário, o projeto que modifica a lei.

A autorização para a gravação dos telefones de Aécio partiu do ministro Edson Fachin, do STF, a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), em ação ligada à Operação Patmos, deflagrada com base nas delações da JBS - 16 números foram grampeados.

Diz trecho do relatório da PF após 15 dias de interceptação de um celular do tucano: "Aécio Neves diz a seu interlocutor para ligar para o senador Flexa e dizer que acompanhe sua posição (*acompanha a posição do Aécio lá...*). Gilmar concorda e diz que já havia falado com Anastasia e Tasso, provavelmente os senadores. Observa-se que na referida data ocorria procedimento legislativo referente ao projeto de Abuso de Autoridade no Senado Federal".

Segundo a PF, os dois senadores citados por Gilmar Mendes seriam os tucanos Tasso Jereissati, Antonio Anastasia.

"Você sabe um telefone que você poderia dar que me ajudaria na condução lá. Não sei como é sua relação com ele, mas ponderando... enfim, ao final dizendo que me acompanhe lá, que era importante... era o Flexa, viu?", disse Aécio a Gilmar, que respondeu. "O Flexa, 'tá bom, eu falo com ele".

O ministro se manifestou por meio de nota de sua assessoria. "Desde de 2009 o ministro Gilmar Mendes sempre defendeu publicamente o projeto de lei de abuso de autoridade, em palestras, seminários, artigos e entrevistas, não havendo, no áudio revelado, nada de diferente de sua atuação pública. Os encontros e conversas mantidas pelo ministro Gilmar Mendes são públicos e institucionais."

21 MAI 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

# Fachin decide

# mandar áudio de

# Joesley para perícia

Plenário do Supremo vai analisar suspensão de inquérito na quarta; em nota, a J&F, controladora da JBS, nega manipulação em arquivo

**Beatriz Bulla** / BRASÍLIA  
**Alexa Salomão** / SÃO PAULO

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar em plenário, na quarta-feira, o pedido da defesa do presidente Michel Temer para suspender o inquérito contra o peemedebista. Com isso, os 11 ministros da Corte irão decidir sobre a continuidade ou paralisação do inquérito.

O ministro Luiz Edson Fachin, relator da Lava Jato na Corte, também encaminhou para a Polícia Federal os autos do inquérito para perícia no áudio gravado pelo delator Joesley Batista em conversa com Temer. Ontem, em pronunciamento no Palácio do Planalto, Temer alegou que a gravação foi “manipulada e adulterada”.

Em nota, a J&F, holding que controla a JBS, reafirmou ontem que Joesley entregou à Procuradoria Geral da República a gravação da conversa com o presidente sem cortes. O texto diz que os delatores têm como sustentar a idoneidade do material. “Não há chance alguma de ter havido qualquer edição do material original, porque ele jamais foi exposto a qualquer tipo de intervenção”, diz a nota.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu a Fachin a continuidade do inquérito contra Temer, mas não se opôs à realização de perícia no áudio. Janot aponta que a gravação é “harmônica e consentânea” com o relato dos delatores do grupo J&F.

“Não obstante, embora certo de que o áudio não contém qualquer mácula que comprometa a essência do diálogo, o procurador-geral da República não se opõe à perícia no áudio que contém conversa entre Michel Temer e Joesley Batista no dia 7 de março de 2017, no Palácio do Jaburu”, escreveu Janot. Ele destaca na manifestação ao STF que a perícia deve ser realizada sem suspensão do inquérito, que serve, segundo Janot, “justamente para a apuração dos fatos e para a produção de evidências, dentre elas perícias técnicas”.

Procuradores que negociaram as delação premiada informaram ontem que não fizeram perícia no material. Peritos consultados pelo Estado não foram conclusivos. Foram encontradas no áudio 14 “fragmentações” – pequenos cortes de edição, segundo o perito extrajudicial e judicial Marcelo Carneiro de Souza. Para ele, porém, um laudo mais conclusivo só seria possível após avaliar o gravador e fazer um confronto entre as vozes de Temer e Joesley.

**Conversa.** A conversa entre Joesley e Temer ocorreu no início de março, no Palácio do Jaburu. No encontro, o empresário narra ao presidente da República medidas que têm adotado para contornar as investigações que recaem sobre ele e a JBS, entre elas o pagamento de uma mesada a um procurador da República para obter informações privilegiadas.

Joesley também pergunta ao presidente quem é o interlocutor do peemedebista e recebe de Temer a indicação do nome do deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), que também teve conversa gravada em que negocia propina.

O presidente também ouviu de Joesley sobre Eduardo Cunha. Após falar de acertos com o peemedebista, o empresário diz que está em bom relacionamento com Cunha. O presidente responde: “Tem que manter isso, viu?”

21 MAI 2017

O ESTADO DE S. PAULO

# Temer pede ao Supremo a suspensão do inquérito

Presidente adota ofensiva para reagir à delação da JBS,  
ataca empresário que o acusou e  
se esforça para manter a base aliada unida; áudio de  
conversa no Jaburu será periciado

O presidente Michel Temer adotou ontem uma ofensiva para reagir à delação premiada da JBS. Sua defesa protocolou no Supremo Tribunal Federal um pedido de suspensão do inquérito aberto contra ele por corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da Justiça. O recurso, que será analisado pela Corte na quarta-feira, foi anunciado pelo presidente no seu segundo pronunciamento à Nação num período de dois dias.

Desta vez, o peemedebista acusou o empresário e delator Joesley Batista – dono da JBS, que gravou uma conversa com ele no Palácio do Jaburu – de cometer um “crime perfeito” e sugeriu anuência do Ministério Público no que chamou de “gravação fraudulenta e manipulada”. A petição no Supremo pede a suspensão do inquérito até que seja verificado o áudio da conversa. Após o pronunciamento, o ministro Edson Fachin determinou a análise.

Para embasar suas declarações, o presidente afirmou que perícia da gravação do diálogo entre ele e Joesley – divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo* – mostra que a conversa foi adulterada e teve mais de 50 edições. A pedido do **Estado**, o perito Marcelo Carneiro de Souza identificou “fragmentações” em 14 momentos do áudio. “Essa gravação clandestina foi manipulada e adulterada com objetivos nitidamente subterrâneos”, afirmou.

Temer reiterou que não irá renunciar e disse que Joesley, chamado por ele de “falastrão exagerado”, vive agora “livre e solto, passeando pelas ruas de Nova York”. “Ele não passou nenhum dia na cadeia, não foi preso, não foi julgado, não foi punido e, pelo jeito, não será. Cometeu, digamos assim, o crime perfeito.” O presidente também destacou os efeitos da crise política sobre a economia. “O Brasil, que já tinha saído da mais grave crise econômica de sua história, vive agora dias de incerteza”, afirmou. Ao **Estado**, Temer reforçou as críticas a Joesley. “Fui vítima de bandidos.”

No campo político, Temer ainda se esforça para manter unida a base aliada. Ontem, porém, o PSB anunciou rompimento. / **VERA**

**ROSA e TÂNIA MONTEIRO**



21 MAI 2017

# O ESTADO DE S. PAULO

## 'Fui vítima de bandidos que saquearam o País'

Em entrevista, presidente da República rebate acusações de empresário e questiona a quem interessa desestabilizá-lo

**Vera Magalhães**

COLUNISTA DO 'ESTADO'

Minutos depois do pronunciamento que fez sobre a crise que atinge seu governo, Michel Temer reafirmou ontem ao **Estado** sua recusa em renunciar à Presidência, se disse vítima de "armação", negou que tenha participado de um plano para comprar o silêncio do deputado cassado Eduardo Cunha e disse estranhar que a delação da JBS, que o atingiu, tenha sido selada "no momento em que a economia começa a se recuperar".

"Fui vítima de bandidos que saquearam o País nos governos passados e não obtiveram acesso ao nosso. E negociaram um acordo pelo qual querem sair impunes!", afirmou o presidente na entrevista, por telefone.

O presidente disse estar convencido da capacidade de rearticulação política do governo e deu sua versão para o encontro que teve com Joesley Batista, da JBS, em março – que foi gravado e entregue ao Ministério Público Federal, o que desencadeou a delação do grupo. "Esse sujeito me ligou seguidamente, ao longo de vários dias, me pedin-

do para ser recebido", afirmou o presidente. Segundo ele, a segurança da Presidência vive reprimendo-o por "atender o celular". "Eu tenho o hábito, que a segurança do Planalto vive reclamando, de atender o celular, responder mensagem. É um mau hábito pela liturgia do cargo, mas que eu adquiri da experiência parlamentar", disse.

Segundo ele, depois de muita insistência por parte de Joesley, ele concordou em recebê-lo no Palácio do Jaburu. Questionado sobre o horário tardio da conversa, Temer disse que a razão foi o fato de que, anteriormente, ele compareceu à festa de aniversário da carreira do jornalista Ricardo Noblat. "Disse a ele: estou na festa do Noblat. Se qui-

ser, passa mais tarde no Jaburu. E ele concordou."

Temer afirmou que já conhecia Joesley, e que tem o costume de receber empresários para conversas. "Já recebi dezenas de empresários. Em São Paulo, no Jaburu, no Planalto. Muitas dessas reuniões acontecem fora da agenda", disse o peemedebista.

Questionado sobre os assuntos tratados na reunião, dentre eles a confissão de crimes como o suborno a um procurador e supostamente a dois juizes, Temer disse ter atribuído o teor da conversa ao fato de Joesley ser alguém acuado por investigações e contrariado por não obter acesso que tinha antes a altas autoridades do governo. "Logo de cara, vi que ele era um falastrão", afirmou.

Ele afirmou ter achado "estranho" o teor da conversa, mas que não levou a sério as afirmações. "Mas você veja que comecei a ser cada vez mais monossilábico, quando a conversa dele começou a enveredar para o pedido de que precisaria ter acesso a esse ou aquele setor do governo."

Temer afirmou que a divulgação do áudio da conversa demonstra que ele não deu aval à compra do silêncio de Cunha, conforme se divulgou inicialmente. "Veja que ele diz que está mantendo uma boa relação com ele (*Cunha*), e incentivo que deveria manter, apenas isso."

Sobre o eventual interesse em evitar uma delação de Cunha, Temer evoca o fato de o ex-aliado tê-lo arrolado como testemunha: "Que silêncio do Cunha eu poderia comprar? Se ele me mandou 21 perguntas num processo e 17 em outro, todas claramente tentativas de me incriminar, e o próprio juiz Sérgio Moro tratou de indeferir?"

### ● Reformas

**"Logo de cara, vi que ele (*Joesley*) era um falastrão"**

**"Veja que ele diz que está mantendo uma boa relação com ele (*Eduardo Cunha*), e incentivo que deveria manter, apenas isso"**

**"Querem me tirar para continuar com as mesmas reformas que eu propus, com o meu programa. A quem interessa desestabilizar o governo?"**

**Michel Temer**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**CONTINUA**

21 MAI 2017

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

**Rocha Loures.** A respeito da sugestão para que Joesley procurasse o ex-assessor especial da Presidência e deputado afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), Temer disse que apenas confirmou uma sugestão do empresário. “Falei que poderia falar com o Rodrigo sobre assuntos do grupo, como poderia falar o Moreira (*Franco, ministro da Secretaria-Geral da Presidência*), ou o (Eliseu) Padilha (*chefe da Casa Civil*)”, justificou.

Temer disse acreditar que Rocha Loures “deve ter sido seduzido” pela promessa de receber R\$ 500 mil ao longo de 20 anos. Questionado se tomou conhecimento, em algum momento, da negociação de recursos por Rocha Loures, ou se autorizou a transação, o presidente negou.

Afirmou que o suborno ao deputado foi negociado pela obtenção de um acordo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que foi negado. “O Cade resolveu? Não resolveu! Ele estava desesperado porque a Maria Sílvia (*presidente do BNDES*) saneou o BNDES, ele teve de mudar a operação da empresa para outro país porque fechamos a torneira do BNDES”, afirmou.

“Querem me tirar para continuar com as mesmas reformas que eu propus, com o meu programa. A quem interessa desestabilizar o governo?”

### COLUNA DO ESTADÃO

## Propina dada a Loures ainda não foi localizada

**O**s R\$ 500 mil dados por Joesley Batista ao deputado Rocha Loures ainda não foram localizados pelos investidores. A entrega do valor foi monitorada, mas a partir daí o caminho do dinheiro é desconhecido. Ao contrário do que se pensava, não havia um chip na mala dada a Loures. O uso do dispositivo é arriscado porque pode ser encontrado pelo alvo. Joesley contou em delação que o dinheiro era pagamento de propina em troca de solução para problemas que tinha no Cade. Ele chegou a Loures por recomendação do presidente Michel Temer.

● **Mistério.** A Polícia Federal não encontrou os R\$ 500 mil nos endereços de Rocha Loures ao cumprir mandados de busca e apreensão na quinta-feira.

# JORNAL DO ÔNIBUS 22 MAI 2017

## OAB decide entrar com pedido de impeachment

O conselho pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou, na madrugada de ontem (21), por 25 votos a 1, entrar na Câmara dos Deputados com pedido de impeachment do presidente Michel Temer. A comissão especial da entidade disse que ele deve ser afastado por ter cometido crime de responsabilidade.

Em nota, o presidente da OAB, Carlos Lamachia, lembra que a instituição cumpre seu papel, "mesmo que com tristeza, por-

que atua em defesa do cidadão".

Para os membros da comissão especial da OAB, Temer incorreu em crime de responsabilidade ao não informar às autoridades competentes o teor de parte da conversa que teve com o empresário Joesley Batista, dono da JBS, no Palácio do Jaburu. Joesley gravou a conversa e entregou cópias do áudio à Procuradoria-Geral da República, com quem firmou acordo de delação premiada, já homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). ■

## Aécio vai recorrer ao STF contra afastamento

O senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) vai tentar reverter no Supremo Tribunal Federal (STF) a decisão do ministro Luiz Edson Fachin, que, na quinta-feira (18), suspendeu suas atividades legislativas após virem à tona as delações do empresário Joesley Batista, dono do grupo JBS.

A defesa do parlamentar vai ingressar nesta segunda-feira (22) com um pedido de agravo regimental contra o afastamento. De acordo com o advogado Alberto Toron, "não há respaldo na Constituição Federal" para que um senador seja afastado "dessa maneira". ■

## Julgamento em plenário

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin, relator da Lava Jato na corte, decidiu levar ao plenário do Supremo a análise da petição da defesa do presidente Michel Temer que pede a suspensão do inquérito aberto para investigá-lo por suspeita de corrupção passiva, obstrução à Justiça e organização criminosa. A análise do pedido pelo plenário do STF deve ocorrer na quarta-feira (24).

## STF autoriza perícia da PF em gravações

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin (foto) decidiu enviar para perícia da Polícia Federal (PF) o áudio no qual o empresário Joesley Batista, dono da empresa JBS, gravou uma conversa com o presidente Michel Temer. A perícia foi solicitada pela defesa do presidente.

Na mesma decisão, Fachin decidiu remeter para julgamento pelo plenário da Corte, na próxima quarta-feira (24), o pedido feito pela defesa do presidente Temer para suspender as investigações até que a finalização da perícia.

Antes da decisão do ministro, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu a continuidade da investigação e disse que não contém qualquer "mácula que comprometa a essência do diálogo", mas informou não se opõe ao pedido de perícia feito pelo presidente. ■



22 MAI 2017

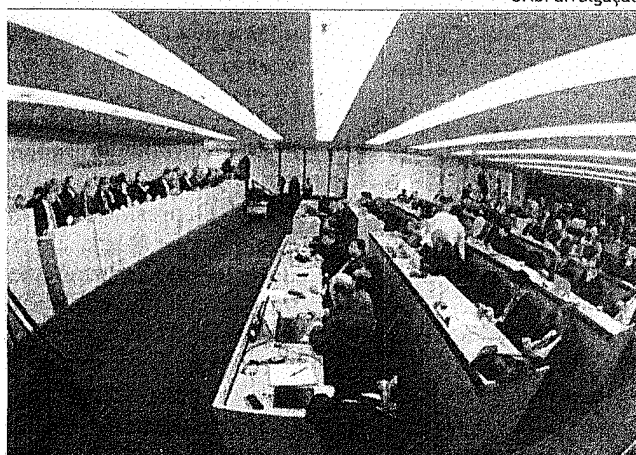
## BEMPARANÁ

# OAB decide pedir impeachment de Temer

Para entidade, presidente praticou crime ao não denunciar atos do dono da JBS

O conselho pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou, na madrugada de ontem, por 25 votos a 1, entrar na Câmara dos Deputados com pedido de impeachment do presidente Michel Temer. A comissão especial da entidade disse que ele deve ser afastado por ter cometido crime de responsabilidade. Em nota, o presidente da OAB, Carlos Lamachia, lembra que a instituição cumpre seu papel, "mesmo que com tristeza, porque atua em defesa do cidadão".

Para os membros da comissão especial da OAB, Temer incorreu em crime de responsabilidade ao não informar às autoridades competentes o teor de parte da conversa que teve com o empresário Joesley Batista, dono da JBS, no Palácio do Jaburu. Joesley gravou a conversa e entregou cópias do áudio à



OAB/divulgação

OAB: reunião só terminou na madrugada de ontem

Procuradoria-Geral da República, com quem firmou acordo de delação premiada, já homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com a OAB, Temer faltou com o decoro ao se encontrar com um empresário alvo de diversas investigações em curso, sem regis-

tro em sua agenda e prometido agir em favor de interesses particulares. Na quinta-feira, o ministro do STF Edson Fachin autorizou a abertura de inquérito, pedido pela Procuradoria-Geral da República, para investigar o caso. Em pronunciamento na tarde desse sábado (20), o pre-

sidente Michel Temer disse que vai pedir ao STF a suspensão do inquérito até que seja verificada a autenticidade da gravação feita pelo empresário Joesley Batista.

Durante a reunião, concluída nas primeiras horas da madrugada de ontem, os advogados Gustavo Mendes e Carlos Marun, que também é deputado federal, pediram mais prazo para que a defesa do presidente possa apreciar o voto proferido pelo conselheiro federal, Flávio Pansieri.

A Lei do Servidor Público prevê em seu Artigo 116 que é dever levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.

22 MAI 2017

# TRIBUNA DO PARANÁ

## TRIBUNINHAS

### IMPEACHMENT

O conselho pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou, na madrugada de ontem, por 25 votos a 1, entrar na Câmara dos Deputados com pedido de impeachment do presidente Michel Temer. Para a comissão especial, Temer incorreu em crime de responsabilidade ao não informar às autoridades competentes o teor de parte da conversa que teve com o empresário Joesley Batista, dono da JBS, no Palácio do Jaburu.

### RECURSO

A defesa do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) vai entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para que ele possa retomar o mandato parlamentar. No entendimento dos advogados do tucano, não há respaldo constitucional para que Aécio permaneça afastado do cargo de senador da República. A defesa alega que o caso de Aécio é diferente dos demais parlamentares que foram afastados do cargo pela Operação Lava Jato, como o senador cassado Delcídio Amaral (ex-PT-MS) e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

### SEM JANTAR

O presidente Michel Temer decidiu cancelar o jantar que estava programado para ser realizado no Palácio da Alvorada na noite de ontem, por causa do risco de baixa adesão de parlamentares da base. Pela manhã, o ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy (PSDB-BA), encaminhou um convite, em nome de Temer, para um jantar com ministros e líderes dos partidos da base aliada.